

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus De Rio Claro

AMANDA GADOTTI

USOS DO TERRITÓRIO E AGENTES DO SETOR
SUCROENERGÉTICO. A RELAÇÃO ENTRE A COPLACANA E A
EMPRESA RAÍZEN NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
CANAVIEIRA NA REGIÃO DE PIRACICABA - SP

RIO CLARO – SP

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus De Rio Claro

AMANDA GADOTTI

USOS DO TERRITÓRIO E AGENTES DO SETOR
SUCROENERGÉTICO. A RELAÇÃO ENTRE A COPLACANA E A
EMPRESA RAÍZEN NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
CANAVIEIRA NA REGIÃO DE PIRACICABA - SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Gallo

RIO CLARO – SP

2019

G125u Gadotti, Amanda
Usos do território e agentes do setor sucroenergético : A relação entre a COPLACANA e a empresa Raízen na organização da produção canavieira na região de Piracicaba - SP. / Amanda Gadotti. -- Rio Claro, 2019
88 p. : tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Fabrício Gallo

1. Cooperativismo. 2. Agentes do uso do território. 3. Circuito Espacial Produtivo. 4. Círculo de Cooperação no Espaço. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus De Rio Claro

AMANDA GADOTTI

USOS DO TERRITÓRIO E AGENTES DO SETOR
SUCROENERGÉTICO. A RELAÇÃO ENTRE A COPLACANA E A
EMPRESA RAÍZEN NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
CANAVIEIRA NA REGIÃO DE PIRACICABA - SP

Comissão examinadora

Prof. Dr. Fabricio Gallo (orientador)
Unesp/Rio Claro – SP

Profa. Dra. Ana Claudia Giannini Borges
Unesp/Jaboticabal – SP

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves
Unicamp/Campinas - SP

Resultado: APROVADA

Rio Claro, 08 de novembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Em toda nossa vida encontraremos pessoas que serão essenciais para que continuemos no caminho que Deus reservou para nós, desta forma, esta dissertação não estaria estruturada se não fosse, primeiramente, por Deus, que me auxiliou em tudo que precisei, colocando em meu caminho toda ajuda e consolo que necessitei;

Ao meus pais, Marli e Reinaldo, que sempre estiveram inteiramente dispostos a me ajudar, me dando todo apoio, carinho, ajuda e amor, sendo que, sem eles não teria completado minha pesquisa. Assim, todo meu agradecimento vai para eles;

A minha irmã, Aline, por me ceder sua casa e sua paciência quando precisei de concentração, silêncio e desabafar, e ao meu sobrinho, Gabriel, por me entender e me admirar todas vezes em que lhe pedia silêncio e compreensão;

Ao meu namorado, Lucas, por sempre ser maravilhoso, compreensível e por me apoiar em as minhas decisões e se alegrar com todas as minhas conquistas;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fabricio Gallo, por todo esforço, atenção, paciência, dedicação e amizade ao longo das etapas do mestrado;

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves e a Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Giannini Borges, pelas indispensáveis contribuições.

A agencia de pesquisa CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sendo o presente trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos funcionários das empresas Raízen e COPLACANA, que cederam uma parte de sua carga horário de trabalho e seus conhecimentos, para que pudesse obter melhores informações sobre o tema escolhido;

Ao técnico e amigo Gilberto Donizete Henrique, por me acolher em sua casa, me dar apoio, me ouvir, me aconselhar e ser meu verdadeiro amigo;

Ao meu amigo João Rosalín, como ele mesmo diz, amigo de luta e de LUTE (Laboratório de Investigações Geográficas sobre os Usos do Território), por ser uma amigo verdadeiro, por me ajudar muito em minha pesquisa e vida; A minha amiga Francielly Naves Fagundes, por sempre lembrar de mim e de minha pesquisa, me auxiliando com dados e me dando de presente sua atenção e amizade e; Ao meu amigo José Renato Ribeiro, por sempre me ouvir, me apoiar, me aconselhar e me fazer rir dos tombos que levamos no caminho; e ao meu amigo José Diego Gobbo Alves, que sempre esteve disposto a me ajudar e me apoiar em momentos alegres e difíceis.

A meus amigos da pós-graduação Marcelo Teodoro, Felipe de Camargo, Ana Flávia Marcondes, Estêvão Botura Stefanuto, Raiane Florentino, Yuri Martenauer Saweljew, Cecy Meira Rosa de Souza e Beatriz Magalhães Santos por todo companheirismo e amizade;

As minhas melhores amigas, Júlia Zambom Crispin Feitosa, Luana Trez, Aline Melo e Fernanda Possebon Zen, por serem minha parceiras, cúmplices, conselheiras e irmãs, para todas as horas;

Ao Bira (Ubirajara Gerardin Junior), nosso técnico amigo do departamento, que está sempre com paciência para nos aturar e disposto a nos ajudar;

Por fim, quero também agradecer imensamente ao Prof. Dr. José Gilberto de Souza e a Prof.^a Dr.^a Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro, por acreditarem na minha pesquisa e me mostrarem suas visões acerca das melhorias cabíveis a mesma.

RESUMO

O cooperativismo pode ser considerado uma forma de organização da sociedade, tendo em seus objetivos elementos sociais e econômicos. Em Piracicaba-SP, os plantadores de canas da região estão organizados na Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA desde 1948, com a característica de ser composta, em sua maioria, por pequenos e médios produtores. No município de Piracicaba, além de ter a presença de uma representante do cooperativismo em seu território (sede matriz da Coplacana), desde 2011 passou a possuir a presença de um grande grupo empresarial, cujos fins não versam, exatamente, com os do cooperativismo: a Raízen. Assim, o território piracicabano especializado no setor sucroenergético, sendo este setor muito importante para a economia local, buscou-se analisar a relação entre dois agentes do uso do território que atuam em um mesmo setor econômico, mas que buscam atingir diferentes objetivos. Para isso, utilizou-se os conceitos de *circuito espacial produtivo* (relações produtivas materiais) e ao *círculo de cooperação no espaço* (relações imateriais), que estão representados e presentes, constantemente, no território, e que tais ações e objetos influenciam diretamente na configuração territorial, nas relações dos agentes, e conseqüentemente, são carregadas de estratégias. Desta forma, buscou-se encontrar as táticas que integram a relação COPLACANA e Raízen, sendo, o principal agente desta integração o produtor de cana-de-açúcar (fornecedores/cooperados/cultivares) e a sua organização territorial.

Palavras-chave: Cooperativismo, agentes do uso do território, circuito espacial produtivo, círculo de cooperação no espaço

ABSTRACT

Cooperativism can be considered a form of organization of society, having in its objectives social and economic elements. In Piracicaba-SP, sugarcane growers in the region are organized in the Cooperative of Sugarcane Planters of the State of São Paulo - COPLACANA since 1948, with the characteristic of being composed mostly of small and medium producers. In the city of Piracicaba, in addition to having the presence of a cooperative representative in its territory (Coplacana headquarters), since 2011 it has had the presence of a large business group, whose purposes are not exactly those of cooperativism: to Raízen. Thus, the Piracicaban territory specialized in the sugar-energy sector, being this sector very important for the local economy, sought to analyze the relationship between two agents of land use that operate in the same economic sector, but that seek to achieve different objectives. For this, we used the concepts of productive space circuit (material productive relations) and the circle of cooperation in space (immaterial relations), which are constantly represented and present in the territory, and that such actions and objects directly influence the configuration. in the relations of the agents, and consequently, are loaded with strategies. Thus, we sought to find the tactics that integrate the relationship COPLACANA and Raízen, being the main agent of this integration the sugarcane producer (suppliers / cooperatives / cultivars) and its territorial organization.

Keywords: Cooperatives, territory use agents, productive space circuit, space cooperation circle.

ÍNDICE DE FIGURAS, MAPAS, QUADROS E ORGANOGRAMAS.

FIGURA

FIGURA 1: REDE GÉNERICA DE UMA USINA DE AÇÚCAR E ETANOL.....72

MAPA

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA – SP.....58

QUADRO

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS (1844 – 1995).....44

QUADRO 2: PANORAMA DO COOPERATIVISMO – OCB (2018).....49

QUADRO 3: ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVO, DIREITOS, DEVERES E VIRTUDES DO SISTEMA COOPERATIVO.....55

QUADRO 4: TIPOLOGIA DOS FORNECEDORES RAÍZEN (BASEADO NO MODELO CONTRATUAL CONSECANA).....70

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA 1: CÍRCULO DE COOPERAÇÃO E CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA – SP..74

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABCOOP – Aliança Brasileira de Cooperativas

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ACIPI – Associação Comercial e Industrial de Piracicaba

AFOCAPI – Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba

AGE – Assembleia Geral Extraordinária

AGO - Assembleia Geral Ordinária

APLA – Arranjo Produtivo Local do Álcool

ATR – Açúcar Total Recuperável

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

C.C.E. – Círculo de Cooperação no Espaço

C.E.P – Circuito Espacial Produtivo

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CNC – Conselho Nacional de Cooperativismo

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

COPLACANA – Cooperativas dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

CTC – Centro Tecnológico Canavieiro

CWS – Co-operative Wholesale Society Ltda.

ECT – Economia de Custo de Transação

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

FATEC – Faculdade de Tecnologia de Piracicaba

FOCA – Fornecedor de Cana

FUMEP – Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba

HFCP – Hospital dos Fornecedores de Cana de Piracicaba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

KSC – Kenana Sugar Company

NEI – Nova Economia Institucional

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCE – Organização das Cooperativas do Estado

PIB – Produto Interno Bruto

SEMDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SICOOB COCRE – Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de Cana e Agropecuária da Região de Piracicaba

SIMESPI – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico, Siderúrgicas, Fundações e Similares de Piracicaba e Região

SINDIRPI – Sindicato Rural de Piracicaba e Região

SPTec – Sistema Paulista de Parques Tecnológicos

SUS – Sistema Único de Saúde

UNASCO – União Nacional das Associações Cooperativas

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. Estrutura teórico-metodológica da pesquisa.....	16
2. Gênese e contextualização do surgimento do cooperativismo	19
2.1. Cooperativismo na Europa e no Brasil.....	19
2.2. Participação do Estado brasileiro na constituição do cooperativismo.....	32
2.3. Representação e características do cooperativismo pelo mundo.....	38
2.4. Objetivos e princípios cooperativistas.....	40
2.5. Virtudes, direitos e deveres cooperativistas	45
2.6. Os 13 ramos do Cooperativismo brasileiro, o ramo agrícola e as cooperativas agrícolas	47
2.7. Apontamentos sobre o sistema cooperativista e cooperativismo moderno	51
3. Setor sucroenergético e cooperativismo em Piracicaba – SP.....	57
3.1. Os agentes e o setor sucroenergético no município de Piracicaba	60
3.2. Relevância da COPLACANA e Raízen na organização da produção sucroenergética em Piracicaba	63
4. Categorização dos produtores de cana-de-açúcar do município de Piracicaba – SP.....	69
4.1. Sob o viés da Raízen – Relações contratuais (CONSECANA)	69
4.2. Sob o viés da COPLACANA.....	73
5. Implicações da relação COPLACANA e Raízen.....	74
6. Considerações finais.....	83
7. Referências bibliográficas	85

INTRODUÇÃO

O cooperativismo é uma forma de organização social, que tem como princípio os interesses sociais e econômicos de uma parcela da sociedade – parcela essa que se uniu por um motivo mútuo, e que tem como base de suas ações a solidariedade e igualdade entre seus envolvidos. Sendo assim, o cooperativismo pode ser considerado uma prática social ou um movimento social, que tem a capacidade de unir, em suas condutas, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Entretanto, vale ressaltar, que essa forma de organização da sociedade tem como princípio fundamental a união de pessoas e não de capital, isto é, o interesse dos envolvidos nessa sociedade são muito mais importantes e essenciais para o funcionamento da cooperativa do que o capital em si. Segundo Reisdorfer (2014, p. 16) o cooperativismo é uma “escolha de um modo de vida, uma doutrina, um sistema, no qual as pessoas com atitude ou disposição consideram as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas no ambiente em que vivem”.

Segundo alguns estudos (PINHO, 2004; REISDORFER, 2014; DE OLIVEIRA, 2017; MARRA, 2008) o ato de cooperar não é uma criação contemporânea, e sim, um ato antigo tão quanto à própria humanidade. Há indícios de que essa forma de organização social surgiu com os índios¹ e foi se aprimorando ao longo dos anos. Sabe-se que a gênese do cooperativismo se deu na Europa, em um contexto de exclusão social causado pela grande Revolução Industrial, com seus avanços, mecanização e desenvolvimento acelerado que não atingiram a todos. Já no Brasil, as cooperativas surgiram na década de 1930, em meio a duas motivações: 1) o estímulo do poder público ao cooperativismo, principalmente para o fortalecimento das elites agrária, onde as mesmas estavam vivenciando uma crise; e 2) a promulgação do Decreto 22.239 de 1932, onde o Estado passa a regular as cooperativas no território nacional. Desta forma, a cooperação manifestou-se como uma necessidade e um meio de sobrevivência dos agrupamentos sociais que compartilhavam das mesmas necessidades, lutas, trabalhos, objetivos,

¹ Segundo Marra (2008), o modelo de vida das tribos indígenas, tanto no passado quanto nos dias atuais, é um claro modelo de uma sociedade cooperativa e solidária, pois, na tribo o bem-estar do indivíduo e da família sobrepõe qualquer interesse econômico de produção. Além disso, nas tribos indígenas há a presença da maloca, como dormitório comum, da caça, como instrumento de sustento de todos e praticado por todos, e a alimentação em grupo, para melhor vivência em comunidade. Sendo assim, pode-se considerar que o ato de cooperar já se fazia, e faz, muito presente nos primórdios das sociedades presente no continente.

propósitos e ideias, tornando-se assim, uma forma de organização social e de relações entre pessoas que visam alcançar um objetivo comum de forma solidária².

A economia solidária³, modelo econômico de organização das cooperativas e de tantas outras empresas, é uma forma de produção, consumo e distribuição que tem como princípio a valorização do ser humano, os interesses do social e a base de ação nos valores da solidariedade e cooperação, sendo a base de seu funcionamento as pessoas e não o capital, de forma autogestiva. Essa forma econômica tem fortes relações com o cooperativismo, pois é nesse modelo econômico que as cooperativas centralizam suas ações, tornando, desta forma, vertentes da economia solidária, tanto quanto as associações, onde a fundamentação é a liberdade, o humanismo, a democracia, a solidariedade, a igualdade, e a justiça social, isto é, mesmo princípios e valores.

Um dos pontos centrais, e mais importante, das discussões que circundam a temática do cooperativismo é o seu viés inovador, isto é, as corporações cooperativas são também consideradas empresas, como as demais corporações privadas, porém ambas se destoam em origem, valores e princípios, por conseguinte, as corporações cooperativas são empresas solidárias, que tem sua organização pautada em seu capital social, o que se torna um grande desafio para as mesmas, isto é, o desafio de manter seu sistema produtivo centrado no homem. Já as corporações privadas são empresas individuais, centradas no capital monetário e na arrecadação, cada vez maior, de lucros. Desta forma, as cooperativas são organizações burocrática-operacionalmente autônomas, onde o cooperado representa, dentro desta sociedade, o proprietário, gestor, administrador e colaborador, ou seja, a autogestão das cooperativas, tema que ao longo da história do cooperativismo já acarretou muitas mudanças e discussões, hoje, demonstra um “papel empreendedor”⁴ dessa prática social. E é nesse ponto que surge o principal desafio do cooperativismo, já mencionado acima: o de manter-se como sistema produtivo centrado no homem, sendo que tal desafio se encontra nas mãos dos gestores dessas corporações cooperativas, que devem saber a diferenciação, na hora de gestar, entre propriedade e controle⁵.

² Predomina-se a “lei da sobrevivência; enquanto unidos e participativos entre si, e cooperando mutuamente, a tribo se mantinha e evoluía”. (MARRA, 2008, p. 33).

³ SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª Ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.

⁴ DE OLIVEIRA (2017, p. 80).

⁵ “Considerando o caso das corporações cooperativas, a escolha de um gerente-cooperado implica ter este direito sobre o resíduo, resultando na não-separação entre propriedade e controle”. (ZYLBERSZTAJN, 2005, p. 3).

Para essa função tão importante, o presidente da cooperativa não está sozinho, as cooperativas são compostas, em sua estrutura funcional e administrativa, por uma Assembleia Geral, órgão de maior importância da cooperativa, onde toda e qualquer decisão é tomada em conjunto com demais cooperados; Assembleia Geral Ordinária (AGO); Assembleia Geral Extraordinária (AGE); Conselho de administração; Conselho fiscal; Comitê educativo, Núcleo cooperativo ou conselhos consultivos; Estatuto social e Capital social. Essa estrutura administrativa é apoio para toda e qualquer decisão, e, principalmente, para o funcionamento solidários e em conjunto da sociedade cooperativa.

Desta forma, pretendeu-se compreender a relação entre a COPLACANA e a *joint-venture* Raízen, sendo ambas do setor sucroenergético e que atuam no mesmo território, entretanto compõem-se como organizações inteiramente distintas em sua função e objetivo, interferindo na produção da cana-de-açúcar do município de Piracicaba, na vida dos produtores rurais e na organização deste território. Para tal análise usou-se como base os *conceitos de circuito espacial produtivo e círculo de cooperação do espaço* (SANTOS, 1986; SANTOS, SILVEIRA, 2001) que se tornaram essenciais para suprir a necessidade de analisar as relações entre diferentes agentes de um setor e suas diferentes funcionalidades na produção de cana-de-açúcar e na organização do território usado. Para isso, uma ampla revisão bibliográfica foi necessária, buscando compreender as organizações cooperativistas, a formação das *joint-venture*, o território estudado e como essas grandes empresas, cooperativistas (COPLACANA, COAMO etc.) ou corporativas (Raízen e Cosan), se fundamentam e lidam com seus valores e objetivos agindo no território; vários trabalhos de campo foram realizados nas sedes das empresas estudadas, buscando entrevistar pessoas entendedoras da relação entre COPLACANA e Raízen, e fornecedores que fossem vinculados a ambas empresas. Para finalizar, buscou-se dados que foram base para elaboração de tabelas, mapas, quadros e organogramas, com a finalidade de aprofundamento da temática e dos agentes estudados.

Assim, esta dissertação está dividida em seis partes: a primeira seção traz a estrutura teórico-metodológica da pesquisa; a segunda seção tratará de uma ampla discussão sobre os elementos base do sistema cooperativistas; a terceira seção abordará a área de estudo e a presença do setor e dos agentes sucroenergético e cooperativista no mesmo; a quarta seção consistirá em uma categorização dos produtores rurais no município de Piracicaba-SP, acerca de uma visão das empresas estudadas; a quinta seção debaterá sobre a relação COPLACANA e Raízen, seguindo as informações coletadas em trabalhos de campo; e por fim considerações finais sobre o estudo apresentado.

1. Estrutura teórico-metodológica da pesquisa

Baseando-se nas informações levantadas, a pesquisa apresentou a necessidade de buscar referenciais teóricos que melhor analisassem a relação entre os agentes do setor sucroenergético, assim, esta seção tem como principal objetivo explicar a estrutura teórico-metodológica que permeou toda a pesquisa. Sabendo que o setor sucroenergético ainda se encontra em constante expansão e sendo o mesmo importante para a econômica nacional, as atividades econômicas dos setores agrícolas, em especial do setor sucroenergético do município estudado, mostram-se não serem apenas compostas por relações e fluxos materiais, mas também constituídas por relações e fluxos imateriais, de tal modo que os conceitos de *circuito espacial produtivo* e *círculo de cooperação no espaço* (SANTOS, 1986; SANTOS, SILVEIRA, 2001), tornaram-se fundamentais para o entendimento da organização, interrelação, regulação e uso do território neste estudo. O conceito de *circuito espacial produtivo* enfatiza a circulação de matérias (fluxos materiais) “no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente” (CASTILLO, FREDERICO, 2010, p. 464). Isto é, o circuito espacial produtivo (processo produtivo propriamente dito), não se finaliza na produção, vai além da mesma chegando até o ato de consumir. Além disso, vale ressaltar que essa produção, distribuição, troca e consumo não se dão apenas em um lugar, elas se deslocam em diferentes e diversos lugares do mundo (e em diferentes escalas), em um movimento contínuo.

Assim, este se materializa na dimensão local, enquanto espaço do acontecer solidário, mas se insere até o global e retorna ao local metamorfoseado através de investimentos, máquinas, insumos, etc., portanto, não está restrito unicamente à esfera da produção em si, mas da circulação, portanto, dos fluxos. (BOTELHO, 2010, p. 49).

Já os *círculos de cooperação no espaço*, “tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens e informações (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessárias para articular lugares e agentes dispersos geograficamente” (CASTILLO, FREDERICO, 2010, p. 464 - 465), unindo os comandos centralizados das etapas segmentadas da produção e orientados pela técnica, que são frutos das empresas e institutos, que direcionam e distribuem as informações e ordens repassadas, em sua maiorias, pelos agentes hegemônicos do território. Segundo Botelho (2010, p. 52),

Os círculos de cooperação propiciam a simultaneidade do processo produtivo, uma vez que mesmo estando em locais distintos há um comando técnico em busca do processo produtivo. Os círculos de cooperação possibilitam, dessa maneira, a compressão espaço/tempo e a simultaneidade do processo produtivo. São os lugares co-operando, produzindo juntos, simultaneamente, diante de uma produção global.

Portanto, partido do pressuposto de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico, sendo este “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações”, também sinônimo de território usado, e para tanto, há que se interpretar que o território usado “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS *et al.*, 2000, p.3). Desta forma ambos os conceitos de *circuito espacial produtivo* e *círculos de cooperação do espaço* complementam-se⁶, onde, sendo o espaço geográfico um híbrido “constituído pela combinação de coisas materiais (naturais e construídas social e historicamente) entre si e com as normas (sociais, políticas, jurídicas, econômicas e culturais) que regulam o uso, o acesso e a propriedade dessas coisas.” (CASTILLO, FREDERICO, 2010, p. 468). Sendo este espaço geográfico o lugar dos fluxos materiais e imateriais circularem.

Os conceitos tratam de analisar as relações complementares e conflitantes que existem nesse território concentrado de redes técnicas (materiais e imateriais) modernas, de informação, ordens, mensagens e capitais, desta forma, os “circuitos espaciais em si não existem sem os círculos de cooperação” (BOTELHO, 2010, p. 52). Assim, todos esses fluxos imateriais e materiais não acontecem sem um processo de cooperação, sendo que os círculos de cooperação só se materializam se estiverem inteiramente ligados ao conjunto da produção. Assim, podemos definir tais conceitos como sendo

Os circuitos espaciais de produção – entendidos como as diversas etapas e pelas quais passam os produtos e matérias-primas, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final – e os circuitos de cooperação – constituídos por informações, normas, mensagens e finanças, responsáveis pela organização, articulação e regulação dessas etapas (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 144; SANTOS, 2008b, p. 121).

Ainda vale ressaltar que essa complementariedade dos conceitos se encontra no fato de que os “círculos de cooperação do espaço são essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, espacialmente separadas, da produção, articulando os

⁶ “Tais círculos, portanto, são complementares e indissociáveis aos circuitos espaciais, funcionando como mecanismo de apoio a estes. Desse modo, o círculo de cooperação é uma condição indispensável ao circuito espacial de produção, uma vez que estes atuam diretamente em sua organização.” (BOTELHO, 2010, p. 53).

diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial produtivo” (CASTILLO, FREDERICO, 2010, p. 464), isto é, “os círculos de cooperação são mecanismos que influenciam diretamente a configuração do circuito espacial de produção e, conseqüentemente, a configuração territorial” (BOTELHO, 2010, p.53). Ambos conceitos “expressam a indissociabilidade entre as dinâmicas material e imaterial da produção capitalista no período de globalização” (ANTAS JR, 2014, p. 2) e complementaram o estudo a partir das análises empíricas realizadas, pois, além de serem fundamentais à análise geográfica, por não excluírem a configuração especial e nem mesmo o seu processo de constituição, os mesmos, também demonstram o “uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 144). A importância do uso e compreensão desses conceitos está no fato de que eles são a representação da interação dos fluxos com os fixos (SANTOS, 1988).

Tantos os fluxos materiais como os imateriais, acima mencionados, são elementos importantes e essenciais quando analisamos as relações existentes no território, pois são delas que derivam todo e qualquer processo de configuração territorial; assim, tanto os fluxos materiais (mercadorias, pessoas etc.) quanto os imateriais (informações, ordens etc.), constituem elementos centrais para as trocas e os intercâmbios das dinâmicas territoriais, sendo que em tais dinâmicas os “círculos de cooperação são mecanismos que influenciam diretamente a configuração do circuito espacial de produção e, conseqüentemente, a configuração territorial” (BOTELHO, 2010, p.53). Contudo, ao analisar os eventos sob o viés do círculo de cooperação no espaço, é necessário que se reconheça os diferentes agentes que atuam de forma cooperativa, competitiva e regulatória no território, pois são os mesmos que acabam “integrando diferentes lugares e agentes” (ANTAS JR, 2014, p. 8), e sintetizando “associações, hierarquias e fluxos, colocando-os em conexão” (ANTAS JR, 2014, p. 8). Assim é que ocorre a possibilidade de uma

[..] comunicação unificada na transferência de capitais, ordens e informação, garantir a organização necessária para diversas etapas espacialmente segmentadas da produção (CASTILLO, FREDERICO, 2010). Plural, esta relação pode se dar a partir de empresas e poderes públicos locais, regionais e nacionais; entre empresas, associações não governamentais e instituições sem fins lucrativos; por financiamentos oferecidos por instituições bancárias; por parcerias com universidades,

institutos de pesquisa e certificadoras de qualidade; com o trabalho de firmas de consultoria jurídica, de mercado e de publicidade; entre outros. Revelam, deste modo, toda sua complexidade para o estudo. Podem diversificar os produtos, agentes, interesses, origem dos capitais, entre outras variáveis-chave demandadas por cada específico circuito espacial produtivo. (ANTAS JR, 2014, p. 8 – 9)

Com base nesse arcabouço teórico e conceitual, o estudo foi direcionado centralizando as pesquisas na relação entre usina e fornecedores do setor sucroenergético. Contudo, se deu atenção maior para os fornecedores, levando como consideração importante, o fato de que eles são cooperados à COPLACANA. Deste modo, o foco deste trabalho esteve direcionado para o entendimento do setor sucroenergético piracicabano, nos agentes que o integram e em suas relações espaciais materiais e imateriais, que foram trabalhadas à luz de conceitos estruturados na obra de Milton Santos, a saber: i) circuito espacial produtivo que pôde contribuir com a espacialidade desse processo e ii) círculos de cooperação do espaço que tratou das relações imateriais (foco principal de nosso estudo) que ocorrem entre as etapas produtivas presentes no espaço e que são essenciais para seu funcionamento.

Assim, com a intenção de mostrar que o setor sucroenergético está inteiramente ligado aos circuitos espaciais produtivos (relações produtivas materiais) e ao círculo de cooperação no espaço (relações imateriais) constantemente presentes no território, e que tais ações e objetos influenciam diretamente na configuração territorial, nas relações dos agentes, e conseqüentemente, são carregadas de estratégias, pois “cada usina apresenta uma relação e coordenação estratégica na contratação dos agentes para o fornecimento da cana” (QUEIROZ et al, 2014, p. 3), contendo diferentes categorias de fornecedores, que dependem da estratégia adotada pelo grupo usineiro, buscou-se encontrar as táticas que integram a relação COPLACANA e Raízen, sendo resultado dessa integração a organização dos fornecedores em associações que possibilitem força e obtenção de vantagens na barganha com os demais agentes do setor.

2. Gênese e contextualização do surgimento do cooperativismo

2.1. Cooperativismo na Europa e no Brasil

A história da cooperação no mundo existe desde dos primórdios, na vida humana e animal, porém, a sua origem nas sociedades humanas, segundo Marra (2008), está

presente por um motivo: a necessidade das sociedades agrícolas, artesãs e operárias de lutarem pelas suas sobrevivências, isto é, uma união de forças, em um contexto de grandes dificuldades e crises econômicas, políticas e sociais. Contudo, foi no século XVI que a ideia de cooperação começa a se fortalecer e a se difundir com Peter Cornelius Plockboy, um holandês, que se tornou um dos primeiros estudiosos a idealizar a “cooperação integral por classes de trabalhadores” (MARRA, 2008, p. 25), e com John Bellers, um inglês, que “procurava organizar “Colônias Cooperativas” para produzir e comercializar seus produtos, eliminando o lucro dos intermediários” (MARRA, 2008, p. 25). Mas, foi na segunda metade do século XVIII, com o encerramento do feudalismo e início do capitalismo, que o cooperativismo se fez necessário como prática social. Desta forma, o pensamento cooperativo surge em meio um contexto repleto de dificuldades sociais, tendo como seus precursores, estudiosos que também foram considerados “socialistas” e reformistas de seus séculos, sendo os mesmos:

- **Robert Owen (1771 – 1858)**⁷ → nascido na cidade de Newton, era um reformista social galês, criado no meio de uma família de artesãos, e foi considerado o “profeta da cooperação”. Suas ideias se pautavam na teoria de que o homem é resultado de seu meio social, sendo assim, para se modificar o homem, bastava mudar o meio social de forma paulatina e moderada, sendo que o mesmo não deveria sentir tais mudança de forma brusca. Owen defendia, a luta contra o lucros e concorrência, pois, o mesmo, considerava que eram dessas duas ações capitalistas que se dava a injustiça social, por tanto, o reformista galês defendia o combate a divisão social entre operários e patrões, baseado na ideia de que toda produção caberia aos trabalhadores e lutava pela criação de medidas trabalhistas⁸ melhores para os funcionários, inicialmente da sua fábrica, e posteriormente das demais (previdência e assistência social)⁹. Entretanto, vale ressaltar, que suas ideias não tiveram êxito devido ao desinteresse dos gestores das comunidades desta forma de organização social. Owen era um reformista revolucionário e ativo, pois, em sua carreira, dirigiu apelos junto aos governantes em favor dos operários, primeiramente, lutando pela divisão justa das riquezas produzidas, em segundo,

⁷ “Por tudo isso, Robert Owen é considerado o “Pai do Cooperativismo Moderno” e suas ideias também foram defendidas por outros intelectuais, como Willian King, Charles Fourier, John Bellers, Charles Gide, Philippe Buchez e Louis Blanc” (MARRA, 2008, p. 29).

⁸ Diminuição das jornadas de trabalho (de 16 horas para 10 horas), proibição da contratação de crianças menores de 10 anos, oferecimentos de moradias a um custo baixo, reforma social e propriedade coletiva.

⁹ “Owen apôs-se, ainda, à divisão social do trabalho entre operários e patrões, afirmando que toda a produção deve ser dos trabalhadores. ” (PINHO, 2004, p. 254).

defendendo a educação, como meio importante para formação de um homem, e em terceiro, propondo formas pacíficas e eficazes de reformas sociais; entretanto, o temente galês acabou se deparando com uma grande falta de interesses e apoio por parte dos governantes para com suas ideias. Sendo assim, o mesmo decidiu procurar os mais afetados por esse sistema e os mais interessados na mudança, os operários, para colocar suas ideias em prática. Contudo, Owen não se fez bem-sucedido nessa empreitada, mas não desistiu, continuou lutando pelo seu propósito de combate ao lucro e a concorrência através da imprensa, pois considerava-os os principais meios de desarranjos do meio social.

- **François Marie Charles Fourier (1772 – 1837)** → era um francês, nascido na cidade de Besançon, que desejava encontrar um equilíbrio entre os interesses de trabalhadores, capitalistas e consumidores, pois acreditava que as desigualdades sociais estavam nos planos de Deus e, tudo que de Deus provém é perfeito. Desta forma, as ideias de Fourier se baseavam no fato de que os problemas sociais e econômicos deveriam ser resolvidos por meio de Falantérios, isto é, a criação de grandes construções¹⁰, cujo uso comum das mesmas resultaria em uma organização harmônica, cooperativista e descentralizada, composta por diversificadas produções e com o consumo voltado para os membros, onde cada qual trabalharia guiado por suas paixões e vocações e viveriam suas diferenças harmoniosamente, ou em outras palavras, um meio de resolver os males sociais através de “unidades autossuficientes que permitiriam reformar toda a sociedade.” (PINHO, 2004, p. 193). Segundo Pinho (2004, p. 193), o falantério é na verdade

[...]mais que um hotel – é a peça principal da reforma do meio social porque, segundo Fourier, substitui a “onerosa e mesquinha” unidade doméstica ou familiar por grandes serviços coletivos (de alimentação, lavanderia, aquecimento, iluminação, etc.), cria um ambiente de convívio espontâneo entre ricos e pobres, substituí a competição pela cooperação, institui um microcosmo autossuficiente etc. Constituído à semelhança de uma sociedade anônima, o falantério pertence a uma associação e só recebe os membros dessa associação.

Contudo, Fourier acreditava, a princípio, que seguia a mesma linha de pensamento do galês Owen, e tentou até mesmo participar das iniciativas do reformista, porém ao se deparar com a real proposta de Owen, Fourier mudou sua

¹⁰ “Em seu aspecto exterior, o falantério assemelha-se a um grande hotel cooperativo, onde 1,5 mil pessoas viveriam em regime comunitário.” (PINHO, 2004, p. 193).

visão e relatou que o mesmo desejava modificar os caracteres dos homens (igualdade de recebidos através da educação cooperativa), passando assim a combater, não somente as ideias do reformista galês, mais de tantos outros socialistas, considerados por ele utópicos. Por sua vez, Fourier acreditava que o fato de os falantérios serem administrados por seus proprietários, tornava-o atrativo e produtivo, desta forma, nessas grandes construções eram inter-relacionados os interesses dos trabalhadores, capitalistas e consumidores, acumulando em cada associado os interesses da produção. Assim, dessa “inter-relação, os contrastes, as diferenças e as desigualdades que existem entre os homens, ao invés de combatidos, seriam utilizados, pois a harmonia resultaria da superação das dissonâncias.” (PINHO, 2004, p. 194).

- **Philippe Joseph Benjamins Buchez (1796 – 1865)** → um francês, socialista e utópico que colocava a disposição dos operários, ideias como a fundação de cooperativas de operários por categorias profissionais, para que assim pudessem se tornar livres e terem suas autonomias financeiras. O interessante nas associações propostas por Buchez é que as mesmas deveriam ser pacíficas, sem espoliações e composta por produtores livres, isto é, livre da exploração e das ideias capitalistas; além disso, as associações tinham como características centrais a autonomia financeira (poupanças e empréstimos), sem participação estatal, produção em comum, igualdade salarial, autonomia administrativa da associação pelos associados, o retorno das sobras (lucros) e capital social. A associação idealizada por Buchez tinha como base que os associados se igualavam a empresários e eram pagos segundo critérios adotados na profissão que exercessem, sendo que os ganhos seriam divididos em três partes: 20% para o capital social, que teria caráter crescente, o restante dividido para assistências da associação e para os associados, sendo que este capital social deve ser tratado como indivisível e inalienável, isto é, pertencente a associação e aos associados e a mais ninguém. Buchez teve suas ideias pouco aplicadas em associações, porém se tornaram devesas importante para a criação do que se conhece hoje de associações e cooperativas modernas.
- **Louis Blanc (1812 – 1882)** → o francês Blanc era historiador, jornalista, orador, político e também um dos adeptos as ideia de associações para fins de defender

os interesses dos operários das fábricas, porém, diferentemente das ideias de Buchez, Blanc defendia a ideia de que tais associações deveriam servir para modificar o meio socioeconômico e, em primeiro momento, serem geridas e organizadas pelo Estado, pois acreditava que todo e qualquer assunto do viés social era de responsabilidade estatal, e nada mais justo de que o mesmo assumisse sua responsabilidade diante dos problemas sociais presente naquele momento que, no pensamento de Blanc, eram causados pela livre-concorrência. Pinho (2004, p. 94) explica que:

A livre-concorrência separou os detentores dos instrumentos de produção daqueles que acionam esses instrumentos com o seu trabalho. Daí a necessidade de criação de associações em que cada um seria coproprietário dos instrumentos de produção, como o atelier social ou oficina social, composta de trabalhadores do mesmo ramo de produção e de moralidade indiscutível.

Além disso, o fato das associações serem geridas e organizadas pelo Estado era uma situação apenas inicial, isto é,

Com o empréstimo e com estatutos sociais também fixados pelo Estado, a oficina social teria, no início, diretores, mestres e contramestres nomeados pelo governo. Quando os associados já se conhecessem mutuamente, os cargos seriam preenchidos por eleições: “uma vez montada, a máquina funcionará por si mesma”. (PINHO, 2004, p. 94)

Contudo, mesmo que essas associações, na proposta de Blanc, tivessem, a princípio, a característica da presença do Estado em suas organizações, as mesmas deveriam se tornar autônomas com o passar do tempo, isto é, com interesses e valores próprios e com base nos princípios cooperativos de igualdade e fraternidade, sendo a divisão do capital social em três partes, uma para os operários, outra para a assistência social e outra para o fortalecimento da associação, ou seja, Blanc buscava em sua proposta, uma oficina social com produção especializada, uma igualdade de salários, e uma divisão das sobras líquidas em três partes, a primeira para os operários, a segunda para uma reserva de assistência aos associados (em casos de doenças e em crises financeiras) e uma terceira parte para aquisição de novos meios de produção¹¹. Essas oficinas poderiam ser de consumo individual ou coletivo, dependente das escolhas dos associados, e serviriam de meio de diminuição da concorrência.

¹¹ “mola propulsora da expansão associativista” (PINHO, 2004, p. 95)

Desta forma, a ideia de associações de Blanc é a que mais se parece com as cooperativas atuais presente no mundo inteiro, tirando o fato de que o Estado não tem mais influências sobre tais corporações.

Tais precursores do cooperativismo, viviam em meio a um contexto onde, com a Revolução Industrial, no século XIX, veio também, o contexto de exclusão social, péssimas condições de trabalho, econômica e social, onde os trabalhadores se encontravam em situações de exploração e desgastes¹²; contudo, o cooperativismo surgiu em meio a este contexto como uma forma de reação social e, se firmou enquanto organização resultante de uma doutrina liberal e individualista, isto é, uma forma de correção social e combate à fome, miséria e penúria da classe trabalhadora da época. Apesar do cooperativismo ter se instalado apenas no século XIX, foi por volta de 1750 que a industrialização surge na Europa, trazendo uma forte sistematização do trabalho e uma diminuição da necessidade de mãos-de-obra. Segundo De Oliveira (2017, p. 81).

A origem proeminente do cooperativismo decorre de um movimento revolucionário e ideológico nos idos do século XVIII. Para Nami (2002), essa doutrina organizativa deu-se como uma iniciativa imbricada na resistência e contestação popular, contrário a centralização financeira e a exclusão social exercida pelo capital na Primeira Revolução Industrial (Inglaterra). Um cotidiano individualista e competitivo legitimamente arraigado na vivência daquela sociedade, esse foi o ambiente perfeito para o florescimento de formas organizativas solidárias, instituindo-se o cooperativismo moderno.

Entretanto, foi com a Revolução Industrial que se deu também os avanços e o desenvolvimento tecnológico e científico, que resultou em um aumento da produção de bens manufaturados e do setor industrial e a redução dos custos de produção. Porém, quando essa mesma revolução é tratada em um viés social, o que é possível se deparar é com a exploração dos trabalhadores, o declínio da produção artesanal, as altas taxas de desemprego, o êxodo rural, o crescimento desordenado da população nas cidades, as grandes jornadas de trabalho (de 16 horas/dia), o trabalho infantil (menores de 9 anos)¹³, as más condições de vida e de trabalho e a pobreza. E é por conta dessa conjuntura que o

¹² Em um primeiro momento os artesões e trabalhadores rurais vieram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, contudo, com o inchaço das populações urbanas e com a grande oferta de mão-de-obra o trabalhador passou a ser explorado e exposto a trabalhar em condições desumanas.

¹³ A partir de 1802 passou a ser permitido apenas mão-de-obra infantil de menores de 12 anos (REISDORFER, 2014, p. 26).

cooperativismo é considerado uma “forma de resolver os problemas surgidos com o desenvolvimento do capitalismo industrial” (FARIAS; GIL, 2013, p. 16).

Além dessa conjuntura social precária, os operários não eram ouvidos por seus superiores, presenciavam grandes dificuldades em conseguirem acordos de trabalhos, eram oprimidos, recebiam salários extremamente baixos e não tinham força alguma de barganha, pois a necessidade do emprego e o medo do desemprego eram muito maiores do que suas possibilidades de mudanças. Em 1832, uma pequena iniciativa cooperativista surge, em um congresso em Londres, os operários instauram a cooperação como prática mútua entre os mesmos, que resultou em um sentimento sectário muito forte entre aqueles envolvidos na prática, tornando essa ação unificada um poderoso instrumento contra os interesses políticos e empresário da época, contudo, essa iniciativa não obteve sucesso devido à falta de incentivos políticos.

Para muitos pesquisadores, mesmo sendo o ato de cooperar uma prática antiga, o cooperativismo, como doutrina, é uma forma moderna de correção social, ou até mesmo o único meio de reparação das mazelas causadas a grupos sociais menos favorecidos. Segundo Souza (2007, p. 36), o “cooperativismo já foi, e é, utilizado, muitas vezes, como instrumento político, de transformação social ou ainda, pelo interesse de um pequeno grupo de pessoas”, isto é, uma doutrina do século XIX que “surgiu para atenuar ou suprimir os desequilíbrios sociais oriundos da Revolução Industrial. ” (FARIAS; GIL, 2013, p. 18). É sob este contexto que surgiu a primeira cooperativa no mundo, na cidade de Rochdale.

Conhecida como a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda., a cooperativa de consumo surgiu no noroeste da Inglaterra, em 21 de dezembro de 1844, em meio a um crescimento produtivo do setor têxtil, mal remuneração dos operários desse setor e uma falta de legislação trabalhista, que fizessem com que essa parcela social tivesse seus direitos garantidos. Além disso, e segundo Reisdorfer (2014), os tecelões trabalhavam de 17 a 18 horas/dia, suas moradias se encontravam em situação de precariedade, tinham um custo de sobrevivência para comer e se vestir alto, e ainda se encontravam em situação de pobreza. Porém, mesmo com toda essa situação deplorável as dificuldades apenas aumentavam; com a vinda da modernização e mecanização a situação desses operários se agrava, isto é, o desemprego bate na porta de muitos trabalhadores, levando-os a situação de miséria e pobreza extrema. Assim, 28 tecelões e 1 tecelã se uniram, em uma assembleia e deliberaram a necessidade de solicitar melhorias salariais, porém, após tal decisão, se deparam com um problema maior: como realizar essa

solicitação em meio ao temor do desemprego? Contudo, se fez imprescindível a criação de uma comissão que lutasse por esses direitos trabalhistas; comissão essa, que não teve força perante os patrões, que preferiram fechar suas fábricas a cederem às reivindicações dos operários. Assim, não se encontrou outra forma de requerer as melhorias se não se organizarem em uma greve. A greve não foi a melhor escolha para os operários, pois vários problemas surgiram, resultando em um enfraquecimento da luta desses trabalhadores. Foi em meio a essas dificuldades que alguns se lembraram das ideias de Owen, e depois de longos debates, as ideias de união, ação conjunta e de cooperação ocasionaram a criação de um projeto de armazém cooperativo de consumo.

Segundo Pinho (2004), os tecelões se reuniram “pela primeira vez, em dezembro de 1843, para discutir as possíveis soluções de seus problemas de sobrevivência” (PINHO, 2004, p. 260), se organizando e poupando suas economias para formarem o capital social da cooperativa que, no ano seguinte, se tornou realidade. Os planos dos pioneiros para a cooperativa eram grandiosos, porém os recursos eram escassos e cada passo para seu desenvolvimento deveria ser cauteloso e bem pensado. Assim, com a finalidade de protegerem-se do desemprego e se manterem-se vivos, os tecelões iniciaram com o projeto de abrir um armazém que pudesse sustentá-los até conseguissem um novo emprego, isto é, que o mesmo servisse para vendas de gêneros alimentícios, vestuários etc., compraram ou construíram casas para os membros que quisessem e precisassem de ajuda mútua, fabricavam artigos como uma forma de renda ou trabalho para os membros desempregados ou subdesempregados¹⁴ e desejavam ter autonomia em sua produção, distribuição e educação, o mais breve que conseguissem, para que assim, pudessem ajudar as demais colônias, semelhante a de Rochdale. Além do mais, a “cooperativa ainda se propunha a cultivar uma área rural, plantando alimentos necessários para a sobrevivência dos operários desempregados, gerando empregos às pessoas excluídas do mercado de trabalho”. (REISDORFER, 2014, p. 27).

Entretanto, vale ressaltar que, com todas essas iniciativas, os objetivos dos pioneiros de Rochdale eram cinco: i) a formação de um capital para a emancipação do proletariado, ii) moradias acessíveis aos trabalhos mais desfavorecidos, iii) garantir trabalho e renda aos desempregados ou subdesempregados, com uma fabricação própria e de baixo custo, iv) combater o alcoolismo, mal esse que fazia parte da realidade de muitas famílias que viviam em más condições de sobrevivência e, um dos mais

¹⁴“ou com salários insuficientes” (PINHO, 2004, p. 260), isto é, trabalhadores que usufruíram da cooperativa para obter renda extra e melhorar suas condições de vida.

importantes objetivos, v) implementar e ensinar a cooperação integral, na qual a “produção e a repartição seriam reorganizadas, e multiplicação desses núcleos através da propaganda e do exemplo” (PINHO, 2004, p. 261), isto é, uma ação conjunta em que a rentabilidade beneficiaria a todos e de forma igualitária, tendo como pioneira e exemplo principal os Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda.

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda. tinha em seu Estatuto social os seguintes princípios:

(a) administração da sociedade mediante eleição dos associados, em assembleia ferias; (b) livre adesão e demissão dos sócios; (c) direito de um voto, por associado – um homem, uma voz; (d) pagamento de juros limitados ao capital; (e) distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração, os juros correspondentes às cotas-partes, à porcentagem de depreciação das mercadorias inventariadas, à cota de reserva para aumento de capital destinado a extensão das operações e à porcentagem para educação; (f) vendas efetuadas a dinheiro ou à vista (para os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentarias, e evitassem o crédito - “mal social”, resultante da concorrência de interesse). (PINHO, 2004, p. 261).

Tais princípios são um marco na história do cooperativismo, pois representam a primeira ideia do que hoje chamamos e entendemos de cooperativismo, contudo, há uma grande importância nas mudanças realizadas ao longo da história dos princípios cooperativistas, pois tais mudanças revelam a formação dessa organização social.

Foram com esses objetivos e princípios que a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda. chegou em 1852 com um desenvolvimento grandioso, devido a urbanização e a construção das ferrovias. Ademais, “o sucesso desta cooperativa fez com que o empreendimento sobrevivesse às duas Grandes Guerras e se tornasse símbolo do cooperativismo, de tal forma que seus princípios são seguidos até hoje pelas cooperativas no mundo todo” (REISDORFER, 2014, p. 26). A sociedade, neste ano, já era composta por seis seções com contabilidade especial (drogaria, açougue, mercearia, chapelaria, sapataria e alfaiataria), iniciaram vendas por atacado, devida à grande demanda e a necessidade de ajudar outros armazéns. Com isso, puderam expandir ainda mais a ideia do cooperativismo e a Sociedade em si, tornando as pequenas lojas e oficinas em um “varejo integrado”, fundando a CWS – *Co-operative Wholesale Society*. Porém, o crescimento não parou por aí, com o grande desenvolvimento e o forte impacto no meio social e econômico na cidade, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda. começou a ganhar reconhecimento e atenção dos meios políticos, sendo que em 1863 a cooperativa ganha o apoio do “Ato do parlamento”, isto é, surge a primeira lei

cooperativista, nomeada de “Lei dos Pioneiros”, sendo sua redação resumida em quatro itens:

1º As operações da Sociedade dividem-se em duas grandes seções - a venda por atacado e a venda por varejo; 2º A venda por atacado tem por fim prover as cooperativas associadas de mercadorias em grandes quantidades; 3º Esta seção será dirigida por Comitê de oito pessoas e três comissários da Sociedade, incumbidos de fiscalizar as compras da Diretoria; 4º A seção pagará ao capital juro de 5%. (PINHO, 2004, 263).

Desta forma, o cooperativismo começa a se constituir em um meio de transformação social, econômico e político, direcionando suas ações, principalmente com os pioneiros, em três frentes: distribuição, autossuficiência e recuperação de sociedades, baseadas em oito regras¹⁵: governo democrático, adesão voluntária, poupança de capital, distribuição de excedentes, vendas à vista, produtos puros e de boa qualidade, desenvolvimento da educação e uma sociedade neutra politicamente e religiosamente.

Como visto, o cooperativismo, teve sua força inicial na Europa, em meados do século XVIII com a Revolução Industrial, tendo como característica principal a organização da sociedade proletária inglesa. Contudo, o modelo de cooperativismo veio para o Brasil no final do século XIX, vestindo-se de uma nova roupagem, isto é, o cooperativismo brasileiro teve sua organização pautada em princípios totalmente contrários aos europeus, sendo assim, no território brasileiro, o cooperativismo representa a promoção de elites políticas e agrárias (RIOS, 1987 apud SILVA, 2003, p. 79).

A história do cooperativismo em terras brasileiras foi reconhecido legalmente apenas em 1932 com o Decreto 22.239/32, porém a primeira iniciativa pautada em padrões cooperativos deu-se em 1847, nos sertões do Paraná, com a criação de uma colônia, criada pelo médico francês Jean Maurice Faivre, que era seguidor assíduo das ideias de Charles Fourier, ou uma organização comunitária que ainda não se identificava como cooperativa, mas era voltada para a produção rural e tinha seu funcionamento semelhante às ideias cooperativas conhecidas atualmente. Entretanto, na história o “cooperativismo formal no Brasil começa, de fato, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa de que se tem notícia no Brasil” (PINHO, 2004, p. 13). A Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto se constituía como uma sociedade que se uniu logo após a extinção do escravismo, criou um banco próprio e autônomo, realizou construções de moradias aos membros (para compra

¹⁵ Fundamentadas em 1844

ou aluguel), formou seu capital social, de caráter crescente, designando-o para fins de auxílio e socorro da Sociedade e organizou-se ao molde da Carta de Princípios redigida e divulgada pelos Pioneiros de Rochdale.

Segundo Pinho (2004), não foi apenas essa Sociedade Cooperativa, acima mencionada, que se originou antes do reconhecimento do cooperativismo em 1932, a própria abolição do escravismo e a legislação republicana, asseguraram medidas de liberdade de associações, sendo sustentadas pela Constituição de 1891, pois a Constituição de 1824 não permitia nenhuma forma associacionista. Neste período descrito por Pinho (2004), que vai de 1878 até 1931, a expansão do cooperativismo encontrava-se barrada nos aspectos econômicos, sociais e políticos, constituindo as experiências e tentativas de surgimento de cooperativas como meros fracassos no campo brasileiro. Porém, com o Decreto Federal 22.239, de 19 de dezembro de 1932, o cooperativismo começa a ser visto como um elemento importante não somente no meio social, mas também no meio econômico e político nacional, isto é, o decreto acima tratado, é a primeira lei fundamental¹⁶ para as cooperativas, significando um reconhecimento e um apoio estatal a essa organização que tanto poderia ajudar a dissolver os problemas sociais. Desta forma, o cooperativismo brasileiro teve seu florescimento oficial em 1932, baseando-se em dois pontos principais: 1) no estímulo ao cooperativismo pelo poder público, em virtude de ser um instrumento de reestruturação do setor agrícola e; 2) promulgação da lei base de 1932, que teve como principal ideia definir as especificidades desse movimento social. O Decreto Federal de 1932 teve sua base no doutrinamento rochdaleano, respeitando a principal característica do movimento: a liberdade de constituição e de funcionamento das cooperativas (autonomia). Assim, o Decreto teve o caráter de descrever a forma de organização e funcionamento das sociedades cooperativas, considerando-as como “sociedades de pessoas e não de capital, de natureza jurídica “sui generis”, com características específicas (art. 2º.)” (PINHO, 2004, p. 27). Vale ressaltar que em 1932, também foi criado, em São Paulo, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo e a Secretaria de Agricultura; tal departamento foi modelo para tantos outros em diversos estados brasileiros.

Posterior a essa fase de crescimento e boa conjuntura para o cooperativismo, por volta de 1965, ele entra em um ciclo de grandes crises econômicas e políticas; diante disso, surge neste período o Decreto Lei 60.597, de 19 de abril de 1967, que estabelecia

¹⁶ Chamada de Primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro.

o controle das cooperativas em poderio estatal e extinguiu os incentivos fiscais. Não sendo o bastante, a ditadura militar, limitou toda e qualquer ação cooperativa com a sua política de “centralismo estatal”, deixando as cooperativas sem ação autônoma de decisão e gestão. Contudo, foi nesta mesma época que se criou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como uma tentativa de melhorar a relação entre Estado e o movimento cooperativista. Tal organização era uma junção da ABCOOP (Aliança Brasileira de Cooperativas) com a UNASCO (União Nacional das Associações Cooperativas), dois segmentos que distanciavam, ao invés de aproximar, a relação entre Estado e as demandas do movimento. A OCB tem como função principal a representação das cooperativas em âmbito nacional, ela deu origem as Organizações das Cooperativas do Estado (OCEs), que são organizações criadas nos estados brasileiros e que tem a principal função de orientar e representar as cooperativas de seus estados de criação.

Porém, a salvação dessas sociedades cooperativas só veio em 16 de dezembro de 1971, quando foi promulgada a lei máxima do cooperativismo brasileiro: a Lei 5.764, uma lei com 117 parágrafos, divididos em 18 capítulos e que define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (...)” (BRASIL, 1971, Art. 4º), e os atos cooperativos como sendo “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (BRASIL, 1971, Art. 79), isto é, o cooperativismo pode ser considerado uma forma de organização da sociedade, tendo em seus objetivos, elementos sociais e econômicos específicos de cada localidade e que são levados em consideração no ato de sua formação e configuração.

A Lei nº. 5.764/71 instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas e se tornou o principal mecanismo legal das cooperativas brasileiras; ainda, foi nessa mesma legislação que foram definidos os três tipos de cooperativas, isto é, quando a sociedade cooperativa for constituída por vinte ou mais membros, será nomeada de Cooperativa Singular, sendo esse o primeiro grau da criação de uma cooperativa¹⁷. A união de três ou mais cooperativas singulares (de primeiro grau), será chamada de Central ou uma Federação de Cooperativas, serão as mesmas consideradas de segundo grau e terão suas votações pautadas em um voto por cooperativa, admitindo desta forma o voto proporcional. Segundo Büttgenbender (2009, p. 54), o objetivo principal desse modelo

¹⁷ As Cooperativas Singulares têm suas votações pautadas em um voto por cooperado, independentemente de sua cota-parte.

cooperativo é de representar e “organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços”. E por último, a junção de três ou mais Centrais, serão consideradas uma Confederação, caracterizada como uma cooperativa de terceiro grau, com votação também proporcional e com objetivo de “orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos estiver além do âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações”. (BÜTTENBENDER, 2009, p. 54).

Outro ponto de extrema importância tratado pela Lei 5.764/71, foi a definição de Estatuto Social, isto é, nesta mesma lei foi disciplinado aquilo que obrigatoriamente deveria constar no Estatuto Social de cada cooperativa, sendo esse o maior e o mais importante dos documentos das sociedades cooperativas, pois é nele que consta toda e qualquer regra que direcionará a gestão, organização, funcionamento e administração das cooperativas, isto é, as leis internas que regem e dão vida à cooperativa; Além disso, é nele que devem estar descritos os valores, objetivos e princípios da cooperativa, os deveres e direitos dos membros cooperados, atribuições e funções dos Conselhos Administrativo e Fiscal e especificações de fundos e destino do capital.

A lei da Política Nacional de Cooperativismo (Lei 5.764) é um marco na história do cooperativismo, porém, esta não deu nenhuma autonomia às cooperativas. Pelo contrário, colocou toda regulação nas mãos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que atuou plenamente de forma independente administrativa e financeiramente, deixando de lado o primordial princípio do cooperativismo: a autonomia das instituições cooperativas – autonomia essa que deveria estar presente desde do início da criação dessas sociedades. Diante disso, vale atentar-se para as funções que o Estado assumiu dentro do cooperativismo: primeiramente, o Estado se tornou necessário para apoiar e impulsionar o cooperativismo em terras brasileiras, secundamente, se transformou em um agente regulador, para que assim seus interesses se fizessem presentes nas organizações cooperativas e um controle se instalasse no meio deste movimento. Destarte, houve no Brasil uma forte presença do Estado no funcionamento das organizações cooperativas, sendo essa uma característica própria do cooperativismo brasileiro, que somente na Constituição de 1988 conseguiu se desvincular da presença regulatória do Estado e alcançou a ampliação das suas margens de ação no mercado globalizado e diminuição das “brechas legais” (cooperativas de fachada). Portanto, por mais necessário que fosse o apoio estatal nos primórdios do cooperativismo

no Brasil, a sua participação acabou se estendendo por mais tempo do que se gostaria, pois, a ideia principal sempre foi a autonomia no movimento e nas cooperativas.

2.2. Participação do Estado brasileiro na constituição do cooperativismo

O Estado brasileiro nem sempre esteve de fora das tomadas de decisões das cooperativas. No início do cooperativismo no Brasil, o Estado era um instrumento necessário para o crescimento e desenvolvimento desta doutrina, porém a presença desse agente diminuía a autonomia de decisão das cooperativas, interferindo nos interesses dos cooperados e nos objetivos da cooperativa.

Em meados de 1920, as cooperativas foram vistas pelo Estado como movimentos sociais preocupantes para os poderosos da época, pois poderiam trazer mudanças e transformações significativas na forma que a economia e política estavam organizadas, ou seja, ocasionando alterações para alguns agentes econômico e politicamente beneficiados pelo Estado, que interessado em politizar as cooperativas a seu favor, se mostrou necessário para que essa doutrina se constituísse no território brasileiro em concretude, financiando-as e autorizando a criação de cooperativas no país. Assim, as primeiras cooperativas no Brasil tinham a função de garantir o suprimento das necessidades dos associados, com custos baixos nos produtos (cooperativas de consumo) e, defender os pequenos produtores no período de comercialização dos excedentes de safras (cooperativas agrícolas), sendo que tais cooperativas não seguiam os princípios advindos dos Pioneiros de Rochdale e tinham caráter momentâneo, isto é, tais grupos sociais apenas se uniam para poderem superar as dificuldades do momento. Desta forma, não existia legislação que amparasse essas organizações sociais neste período da história do cooperativismo brasileiro.

Essa conjuntura começa a mudar com no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), que incentivou a criação de cooperativas agrícolas (principalmente trigo e soja), e iniciou um processo de reconhecimento das cooperativas como instrumento econômico de grande valor para as cotações de soja e trigo no mercado internacional, abrindo frente para as facilidades de crédito no setor. Esta é a fase em que o “Estado ‘descobre’ nas cooperativas um importante instrumento de ação, particularmente no espaço agrário” (SERRA, 2013, p. 15), pois a crise de 1930, que assombrou, principalmente o setor

cafeeiro e o estado de São Paulo¹⁸, fez com que a união de força e cooperação se tornassem um negócio benéfico e a salvação para salvaguardar a elite agrária da crise econômica e da baixa no setor agrícola, isto é, a desvalorização no valor do café, as grandes taxas de desemprego, o decréscimo dos investimentos estatais, a grande oferta de café e a necessidade de queima dos estoques e quedas das exportações. Isto é,

Na década de 1930, com a crise econômica que levou ao aniquilamento do comércio mundial e à derrocada da oligarquia agrária brasileira, o País foi levado a redirecionar o seu modelo de desenvolvimento econômico no sentido de substituir a importação de bens duráveis pela industrialização. No contexto da crise, o café, então o principal produto de exportação do Brasil, ficou sem mercado, o que levou o Estado a adotar como complementos à política de substituição de importações medidas destinadas a organizar o sistema de produção agrícola. Uma dessas medidas foi direcionada a estimular a constituição e o funcionamento de cooperativas agrícolas. (SERRA, 2013, p. 15-16).

Porém, a entrada formal do Estado brasileiro no cooperativismo se deu em 1932, com o Decreto 22.239, onde o Estado “não só passou a regular a constituição de cooperativas como também passou a incentivar a sua expansão” (SERRA, 2013, p. 16). Assim, pelo decreto

[...]as cooperativas que já existiam foram beneficiadas com isenções de impostos e as que estavam em formação com facilidades à sua fundação, mas em contrapartida o cooperativismo, particularmente o que estava vinculado à cafeicultura, deixou a partir daí de ser um movimento legítimo dos produtores para se transformar em instrumento da política agrícola do Estado. Como movimento legítimo era fomentado de baixo para cima, a partir das bases sociais; como instrumento do Estado, passou a ser imposto e controlado de cima para baixo, a partir dos interesses do próprio Estado. (SERRA, 2013, p. 16).

Vale lembrar que no Brasil o cooperativismo veio primeiramente para reerguer uma elite política e agrária em crise, por conseguinte, o Decreto Federal teve a função de organizar o setor cafeeiro, que passava por uma crise no mercado externo, e produzir mercadorias e alimentos que suprissem o mercado inteiro, aumentando a produção e barateando a mão-de-obra para o setor industrial e urbano. Portanto, um processo de internalização e industrialização¹⁹ iniciou-se na economia brasileira, transformando a economia de agroexportadora para urbano-industrializada e, transpondo o lugar das oligarquias agrárias para as urbanas; ou seja, nessa “metamorfose política e econômica,

¹⁸ “As cooperativas agropecuárias surgiram a partir da necessidade de construir estruturas de armazenagem para os produtos agrícolas”. (REISDORFER, 2014, p. 51).

¹⁹ Vale ainda lembrar que foi com o capital advindo do café que a industrialização se deu em território brasileiro.

importante papel estava reservado e teria que ser cumprido pelas cooperativas, particularmente as que atuavam no setor agrícola” (SERRA, 2013, p. 16). Posto isso, as cooperativas assumem papel de alternativa viável para o setor agrário que, além de estar em crise, se encontrava em uma conjuntura de perda de identidade, de mercado e de espaço na econômica brasileira.

Após esse Decreto, o setor agrícola, que estava tomado pela doutrina cooperativista, foi obrigado a se readequar nas novas funções dadas às cooperativas, sendo que um dos pontos mais importante desta conjuntura, era acompanhar os avanços industriais e tecnológicos que surgiam no mercado como um todo. As cooperativas deveriam se tornar eficientes, avançadas e modernizadas, para assim poderem acompanhar e desenvolverem, da melhor forma, o setor agrícola do país. Deste modo, para dar resposta positiva a essas novas funções as cooperativas

[...] teriam que ser altamente eficientes, acompanhando e alavancando a eficiência do próprio setor agrícola que passa a se modernizar com a incorporação dos bens gerados pela indústria à sua montante e, ao mesmo tempo se estruturando para garantir a fatia de mercado no setor agroindustrial, à sua jusante. (SERRA, 2013, p. 17).

Para dar conta dessas novas funções, as próprias cooperativas criaram a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO) em 1969, que tinham como principal função auxiliar e defender os interesses das cooperativas, diante da conjuntura de que o Estado, por mais que encontrasse nas cooperativas um instrumento de resolução de problemas políticos, econômicos e sociais, não apoiavam e nem financiavam nenhuma das iniciativas dessa organização social. Destarte, as próprias cooperativas se uniram para garantirem direitos e desenvolvimento a si mesmas e ao setor que lhes cabiam a responsabilidade de cuidar. Vale ressaltar, que o Estado, além de se fazer presente na organização das cooperativas, realizando mudanças e reformulações nos princípios cooperativistas, principalmente no final da 2ª Guerra Mundial (em 1945), quando os países passavam por um período de grandes transformações com profundas mudanças econômicas e tecnológicas” [...] (REIDORFER, 2014, p.36), conseguia envolver o poder público nas empresas, enfatizando a competitividade.

Evidentemente que essas mudanças também afetaram as cooperativas, obrigando-as a se transformar de pequenas associações para cooperativas com atuações mais fortes no mercado, para fazer frente às grandes corporações, com grandes parques industriais em resposta necessária aos desafios da concorrência. (REIDORFER, 2014, p. 36).

A força cooperativista estava inteiramente ligada ao setor agrícola e o Estado brasileiro só veio enxergar essa força em 1967, com o ministro da agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, que após perceber a necessidade de apoio para a política e economia nacional, viu nas cooperativas um mecanismo para solucionar essa falta de embasamento. Deste modo, Luiz Fernando Cirne Lima, solicitou ao secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, que unissem ambos órgãos do movimento cooperativista e formasse uma liderança de representação do mesmo; e então, no dia 2 de dezembro de 1969, no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, criou-se a Organização Cooperativa Brasileira (OCB), uma junção da Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO), com o intuito de representar o cooperativismo brasileiro a nível nacional.

Nesta Organização as cooperativas passaram a ter sua representação unificada, maior apoio estatal e ampliação de suas ações, pois “boa parte da política agrícola do Governo passou a depender da eficiência das cooperativas para dar certo e as cooperativas foram devidamente compensadas por isso” (SERRA, 2013, p. 19). A OCB se constituiu como entidade máxima de representação das cooperativas brasileiras, passando a lutar pelos interesses das cooperativas, a buscar por amparo legal e arrecadar apoio financeiro para que tais organizações pudessem se sustentar e desenvolver. Igualmente, como resultado dessas ações, foi promulgada a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que continuou garantindo ao Estado controle sobre as atividades das cooperativas, estabelecendo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) seriam os órgãos de representação do Estado dentro das cooperativas para regular, controlar, fiscalizar e fomentar toda e qualquer ação do cooperativismo brasileiro, tendo ambos órgãos estatais, total autonomia administrativa e financeira para agir. Pode-se assim dizer que com a Lei 5.764 a interferência estatal nas organizações das cooperativas aumentou e as colocou em situação de total dependência e controle do poder público.

Esta presença do Estado como um agente controlador e fiscalizador das políticas cooperativistas vai contra toda e qualquer ideia de cooperativismo advindas, tanto de seus pioneiros, como ao longo da história de seus princípios, que pregam, até hoje, a liberdade e a autonomia como pontos centrais de suas ações. Entretanto, esta presença estatal se tornou, em um viés econômico, um “mal” necessário, já que a priori a assistência dada pelo Estado às cooperativas e ao desenvolvimento e sustento do cooperativismo resultou

em saldos positivos ao movimento e para as entidades que foram criadas, tornando assim, a presença estatal tolerável. Desta forma, é impossível negar “que boa parte do crescimento econômico das cooperativas e sua própria transformação em empresas agroindustriais são atribuídas ao Estado” (SERRA, 2013, p. 20).

Essa supervisão do Estado sobre as cooperativas não se fez presente por muito tempo, em março de 1988 foi realizado em Brasília, o X Congresso Nacional de Cooperativismo que após diversas discussões e decisões, a Assembleia Constituinte recomendou que se desse às cooperativas a tão desejada autonomia. Deste modo, juntamente a Constituição Federal de 1988, as cooperativas passaram a conduzir sua gestão de forma autônoma, sendo proibida a interferência de gestores e organismos externos, independentes de suas origens (estatais, paraestatais ou privados). “Esse fato representou a completa autonomia e independência das cooperativas em relação ao Estado, que deixou de fiscalizar e intervir na administração das mesmas, sob todos os seus aspectos” (MARRA, 2008, 37). Segundo Pinho (2004), a Constituição de 5 de outubro de 1988, promulgou diversas mudanças sobre o Cooperativismo como:

[...] não interferência estatal (art. 5º, inciso XVIII), garantiu a criação de associações e, na forma de lei, a de sociedades cooperativas; atribui à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, com adequado tratamento ao ato cooperativo (art. 146, III, c); estabeleceu apoio e estímulo do Estado ao cooperativismo e a outras formas de associacionismo (art. 174, parágrafo 2º); lei complementar disporia sobre o funcionamento das cooperativas de crédito dando-lhes condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras (art. 192, VIII); prometeu favorecer a atividade garimpeira cooperativada (art. 174, parágrafo 3º e 4º); incluiu o cooperativismo entre os setores produtivos participantes do planejamento e da execução da política agrícola. (PINHO, 2004, p. 49-50).

O Estado brasileiro, em 1988, passava por um período de falência, em que a presença da hiperinflação, do enfraquecimento, da descapitalização e da recessão econômica, vinha dismantelando o sistema produtivo do país e os caixas públicos; tal contexto levou o Estado a não apoiar mais as cooperativas, pois uma das suas principais formas de apoio eram os financiamentos. Este fator fortaleceu a escolha de entregar às cooperativas a sua autogestão. Porém, com a saída do Estado brasileiro da gestão das cooperativas, um período de grande dificuldade se instaurou, pois, o apoio estatal significava equilíbrio econômico e político para as cooperativas, deixando-as em situação de desarticulação, enfraquecimento e com “a falta de um sistema próprio para captar recursos e reinvesti-los no setor cooperativo inviabiliza o desenvolvimento das

cooperativas, sujeitando-as aos altos juros do sistema bancário e financeiro capitalista” (PINHO, 2004, p. 47).

Em contrapartida a essa situação de falta de identidade da autogestão cooperativista, foi criado com a Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1988, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que tinha como finalidade auxiliar, formar e capacitar os associados, dirigentes e funcionários das cooperativas brasileira a autogerirem suas respectivas cooperativas. Isto é, a formação profissional e gestão cooperativista eram preocupações do governo federal e das cooperativas que fundaram a SESCOOP para que assim não se perdesse os princípios cooperativistas em meio a falta de prática, habilidade e conhecimento de gestão autônoma.

Contudo, em 1995, na cidade de Manchester, na Inglaterra, o cooperativismo sofria mais uma reformulação de seus princípios, sendo que em setembro daquela ano acontecia o Congresso Centenário da ACI, que tinha como função mais uma revisão dos princípios cooperativistas – uma importante missão diante das necessidades que este movimento apresentava, principalmente em território brasileiro, após a saída do Estado das administrações das cooperativas. A revisão realizada pelo Congresso, incluiu temas pautados em questões que abrangessem: i) a identidade das cooperativas, devido ao grande crescimento de números dessas organizações no mundo; ii) os valores do cooperativismo, que foram substituídos pela eficiência econômica-administrativa, como uma forma de resposta ao mercado esmagador, competitivo e monopolista e, iii) a luta para manter as cooperativas organizações sociais e benéficas econômica e socialmente ao quadro de cooperados. Destarte, em 1995 foram criados “7 Princípios”²⁰ do cooperativismo, sendo que um desses se destacou na solução da crise econômica que as cooperativas enfrentavam com a saída do Estado brasileiro: a intercooperação. Este princípio representou a liberdade das cooperativas em se unirem e se ajudarem mutuamente, sem a necessidade de serem constituídas do mesmo setor produtivo ou de mercado; isto acarretou na união de cooperativas de créditos a diversos outros ramos econômicos, trazendo às cooperativas um conforto financeiro, pois assim, as mesmas não dependiam apenas do capital advindo de seus cooperados, mas também de uma apoio externo que poderia socorrer em horas de crise ou traria maior e melhor desenvolvimento e crescimento a organização. Hoje, as cooperativas de crédito se tornaram o principal

²⁰ 1) Adesão voluntária e livre; 2) Gestão democrática; 3) Participação econômica; 4) Autonomia; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; 7) Interesse pela comunidade.

instrumento de ajuda financeira ao cooperativismo, utilizadas até mesmo pelo governo. Além disso, no campo agrícola, diversos bancos e cooperativas de outros setores, sem serem as de crédito, oferecem o Crédito Rural aos agricultores como forma de financiamento e crescimento. Contudo, a saída do Estado se tornou um obstáculo a ser vencido pelo sistema cooperativista que ao mesmo tempo almejava a autogestão, mas se fazia dependente dos financiamentos estatais.

2.3. Representação e características do cooperativismo pelo mundo

O cooperativismo ao longo de sua história passou de um movimento desconhecido e revolucionário, para uma doutrina reconhecida e praticada no mundo por todos aqueles que necessitam unir forças para garantia de sua sobrevivência, levando em conta os princípios da solidariedade, liberdade e fraternidade como base de suas ações. Conseqüentemente, o cooperativismo ao longo da história foi ganhando representações em diversos níveis de escalas, por uma simples necessidade: a de ser conhecido, reconhecido e respeitado nos campos da política, da economia e pela sociedade, por isso, é importante que entendamos as suas representações, suas funções e sua importância.

Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é o órgão de máxima representação do cooperativismo internacional, foi fundada em 1895 por líderes de cooperativas da Inglaterra, França Alemanha, na cidade de Londres. Hoje a mesma tem sua sede em Genebra, na Suíça e é considerada uma organização não governamental que foi criada sob a conjuntura de uma preocupação com a quantidade de cooperativas criadas em diversos países, e que poderiam gerar complicações ao sistema cooperativo sem a presença de uma unidade política centralizada. Contudo, a ACI foi fundada para executar duas funções principais: i) preservar os princípios de organização das cooperativas, segundo os moldes advindos dos Pioneiros de Rochdale; e ii) proibir que as cooperativas fossem atropeladas e ultrapassadas pela evolução dos processos econômicos, tendo como objetivo de consolidar o cooperativismo no mundo inteiro e instigar a integração do sistema cooperativo. A Aliança Cooperativa Internacional desempenha suas funções pautada na preservação dos valores cooperativistas, tendo atuação nos 5 continentes e sendo composta por 75 países filiados, que representam sua organização. A ACI se tornou um dos principais órgãos de representação do cooperativismo, pois é em seus encontros e congressos que são discutidos e reformulados os princípios cooperativistas,

paulatinamente e sempre que necessário, para que assim esse movimento não caia no esquecimento, nem no atraso político, econômico, social, tecnológico e ideológico.

Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) foi criada em 1969, no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, que aconteceu na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, com a função de substituir Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO), sendo que a escolha pela unificação de ambas entidades foi uma decisão unificada das próprias cooperativas brasileiras. A OCB é o órgão máximo de representação unificada do movimento cooperativista no Brasil, que se encontra ainda ligado a estrutura de representação estatal e que tem suas bases oficiais regulamentadas pela Lei 5.764 de 1971. A lei máxima de regência do cooperativismo brasileiro estabeleceu que a OCB, como representante do movimento cooperativista nacional, é o órgão técnico-consultivo do governo no que se referir ao setor cooperativo; sendo assim, toda e qualquer ajuda, assunto, decisão ou discussão deverá e será, antes de tudo, analisado pela OCB. Além de representar os interesses, direitos e deveres das cooperativas, a Organização das Cooperativas Brasileiras, é responsável pelo fomento, preservação, aprimoramento, ascensão e defesa do sistema cooperativo em todas as circunstâncias e instâncias (políticas e institucionais). Entretanto, as funções da OCB não se esgotam neste ponto, ainda tem a responsabilidade de congregar e organizar as Organizações das Cooperativas do Estado (OCEs) que foram constituídas na mesma natureza que a OCB, isto é, uma entidade nacional. De tal modo, como toda e qualquer instância e escala tem sua representação diante do crescimento do cooperativismo, o território brasileiro se fez eficaz e presente criando a OCB para o papel de defender as cooperativas em âmbito nacional e as OCEs em âmbitos estaduais.

Organizações das Cooperativas do Estado (OCE) foram criadas a partir das regulamentações da OCB, em 1969, em que tais unidades seriam criadas cada qual em um estado brasileiro, sendo que todas as cooperativas desse mesmo estado teriam a obrigatoriedade de se registrarem e se cadastrarem na OCE responsável pelo seu estado, para que assim, possa-se auxiliar todos os membros do movimento cooperativista. As OCEs são formadas por todos os tipos de cooperativas (singulares, federação e confederação) e de todo ramo e setor econômico, segundo a Lei 5.764/71, tendo cada qual o direito de 1 voto para escolha da diretoria e conselho fiscal da OCE do estado (voto proporcional). Além disso, as OCEs também fazem o papel de representantes sindicais

da categoria cooperativista em seus estados sede. Desta forma, a OCE terá a responsabilidade de agregar todos os segmentos cooperativos do estado em uma única organização, para oferecê-los serviços e apoios múltiplos, que variarão conforme a necessidade e interesse de cada qual, mas nem tudo são deveres, as OCEs também têm o direito de um voto na votação da diretoria da OCB. Um fator importante a se considerar na criação das OCEs é que para manutenção da mesma, cada cooperativa do respectivo estado deve contribuir com 0,2% do valor do capital integralizado e dos fundos do exercício do fim do ano anterior, permitindo que as OCEs tenham condições estruturais, políticas e financeiras de representar a OCB em todos os estados brasileiros e possam prestar serviços e amparo as cooperativas.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) foi criado pela Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1988, para auxiliar o cooperativismo brasileiro em meio a uma crise de identidade no âmbito de sua autogestão. Essa importante entidade tem sua fonte financeira advinda de uma contribuição mensal compulsória das cooperativas de 2,5% do montante da remuneração paga aos funcionários. A SESCOOP tem a função de operacionalizar o monitoramento e o controle de gestão de cooperativas e é gerenciado pela Organização das Cooperativas Brasileira. Com o objetivo de assessorar o Governo Federal nos assuntos de formação profissional e gestão das cooperativas, a SESCOOP investe na profissionalização, educação e desenvolvimento social dos associados, dirigentes e funcionários de cooperativas brasileiras, para que assim, os mesmos possam implantar definitivamente e eficientemente a autogestão nesses organizações sociais; Além disso, a SESCOOP contribui no movimento cooperativista para a formulação de políticas adequadas, postos de trabalho e concessão de renda por vias cooperativistas.

Dessa forma, o Sistema Cooperativo Brasileiro é formado por cooperativas de todo o Brasil “congregadas em torno de suas respectivas organizações estaduais (OCEs). A OCB, por sua vez, congrega todas as organizações estaduais e recebe apoio técnico e consultivo do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)”. (FARIAS; GIL, 2013, p. 48).

2.4. Objetivos e princípios cooperativistas

Ao longo dos anos o cooperativismo passou de doutrina desconhecida e temida, para uma das doutrinas mais viáveis de ser aplicadas para corrigir mazelas sociais, políticas e econômicas; além disso, o cooperativismo se tornou um empreendimento coletivo, gerido pelos interesses dos cooperados, em um mercado cheio de articulações potencialmente empreendedoras. Segundo De Oliveira (2017, p. 81) essa “peculiaridade organicista faz das cooperativas um campo perfeito para a discussão e aprimoramento da responsabilidade social para com sua sociedade constituinte e também com a comunidade local”. Desta forma, o cooperativismo tem a obrigatoriedade de inserir em suas sedes empresariais a característica de serem responsáveis pelo social que a envolve, não somente do quesito cooperados, mais também com a sociedade em geral e, principalmente, com a comunidade em torno de sua localização. Assim,

[...] é exatamente este molde de cooperação que destoa as cooperativas dos demais empreendimentos, sendo que ao invés da competição, a união de esforços apontados para uma mesma finalidade torna tal iniciativa extremamente superior no interior dos sistemas de mercado. (DE OLIVEIRA, 2017, p. 81).

Por conseguinte, uma das principais e mais importantes características do cooperativismo é a responsabilidade social, que ao longo dos anos de sua história vem aprimorando, em categorias e em gêneros, seus objetivos. Contudo, vale ressaltar que a responsabilidade social está, e sempre esteve, presente nos princípios cooperativistas como uma norma fixa de organização. Sendo assim, os objetivos do cooperativismo são: a) valorização da pessoa humana, muito mais que do capital; b) desenvolvimento sustentável; c) igualdade social, principalmente entre os cooperados; d) resgate da dignidade humana; e) inclusão social e econômica, resultando em uma valorização do cooperado como ser humano e como gerador de renda; f) dar autonomia ao cooperado e rentabilidade proporcional ao trabalho realizado através da cooperativa, onde o mesmo terá em suas mãos o controle do próprio capital, do próprio negócio e do seu potencial de trabalho e g) inverter a lógica do mercado que tem como base a competição e o individualismo, colocando no lugar de ambos objetivos a solidariedade e cooperação como base da ação cooperativista, tanto para os regimes internos das cooperativas e as relações entre os cooperados, como para a inter-relação entre as cooperativas, focando no fortalecimento o sistema cooperativo.

Os objetivos do sistema cooperativo são pautados em valores de solidariedade e cooperação, que foram criados para suprir a necessidade de manter o foco das cooperativas no viés social e fortalecer o sistema cooperativo. Contudo, além de servirem

como um guia das ações cooperativistas, também fazem parte da identidade dessas organizações. Tais valores são representados por nove importantes elementos, que guiam as atividades cooperativas em todos os aspectos, sendo os mesmos: 1) solidariedade, baseado no apoio mútuo entre os indivíduos associados; 2) cooperação, trabalhar conjuntamente para um bem comum; 3) liberdade, uma liberdade voluntariamente relativa dentro da cooperativa; 4) democracia, um voto para todo associado, respeitando toda participação e opinião; 5) justiça social, promoção dos associados, acarretando em uma melhora na qualidade de vida, na renda, na educação, na cultura, nas oportunidades, no trabalho e na realização pessoal; 6) equidade, uma política justa; 7) racionalidade, usar ciência e tecnologia para emancipação, desenvolvimento e integração das cooperativas, levando em consideração a preocupação com o meio ambiente; 8) igualdades, direitos e obrigações iguais e; 9) humanismo, preocupação maior com o social da cooperativa, do que com o capital.

As características do sistema cooperativo revelam em sua estrutura os interesses e desejos que circundam esse setor político, econômico e social, que se faz presente nas escalas locais, nacionais e internacionais; entretanto, não são somente os objetivos e os valores do sistema cooperativo que fazem parte dessas características e que devem ser trabalhados como fator relevante para fortalecimento do mesmo, os princípios do cooperativismo são um dos pontos mais essenciais da origem e do que conhecemos hoje como cooperativismos. Tais princípios foram reformulados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com o passar dos anos, nos congressos internacionais realizados pelo mundo, devido ao surgimento de novas necessidades e novos interesses. Os primeiros princípios surgiram em 1844 com os Pioneiros de Rochdale, que se uniram em um armazém para discutir formas de garantirem a sobrevivência dos trabalhadores desfavorecidos da época, de tal modo que os princípios foram criados a fim de contemplar todos os valores do cooperativismo. Portanto, os princípios originais de Rochdale eram

[...] (a) administração da sociedade mediante eleição dos associados, em assembleia gerais; (b) livre adesão e demissão dos sócios; (c) direito de um voto, por associado – um homem, uma voz; (d) pagamento de juros limitados ao capital; (e) distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração, os juros correspondentes às cotas-partes, à porcentagem de depreciação das mercadorias inventariadas, à cota de reserva para aumento de capital destinado a extensão das operações e à porcentagem para educação; (f) vendas efetuadas a dinheiro ou à vista (para os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitassem

o crédito - “mal social”, resultante da concorrência de interesse). (PINHO, 2004, p. 261).

Entretanto, se fez necessário que esses princípios fossem reformulados devido as mudanças de conjunturas políticas, sociais e econômicas ocorridas com o passar dos anos. Em 1937, na França, em um dos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional realizados pela ACI, os princípios do cooperativismo tiveram suas bases alteradas, como uma tentativa de manter vivas as sociedades cooperativas, portanto, ficou estabelecido que os mesmos seriam: i) governo democrático; ii) adesão voluntária e livre; iii) distribuição de sobras proporcional as compras realizadas nas cooperativas; iv) investimentos extras seriam remunerados por taxas de juros, porém não dariam ao seu proprietário nenhum direito adicional de decisão sobre o mesmo; v) vendas somente à vista; vi) as cooperativas promoveriam a educação dos sócios e vii) todas as cooperativas teriam caráter de neutralidade política e religiosa. Contudo, nem todos os princípios criados em 1937 contemplavam os valores e os objetivos cooperativos.

Em 1966 foi necessário a realização de outro Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, em Viena, sendo que alguns princípios foram demudados para que fosse possível contemplação dos valores cooperativos. A adesão livre (juntamente com a neutralidade política, religiosa, racial e social) e gestão democrática, permaneceram inalteráveis, conquanto, as distribuições das sobras passaram a serem feitas em três proporções, uma para o desenvolvimento das cooperativas, outra para os serviços comuns das mesmas e a terceira parte em pro rata aos cooperados; a taxa de juros passou a ser limitada ao Capital Social; os fundos passaram a serem destinados para educação dos cooperados; e criou-se a intercooperação entre as cooperativas. Ainda não satisfeitos com a deliberação desses princípios, um novo congresso aconteceu em Manchester, no ano de 1995, que finalmente definiu os princípios do cooperativismo vigentes até os dias atuais, sendo os mesmos: i) adesão voluntária e livre; ii) gestão democrática realizada pelos membros; iii) participação econômica dos sócios; iv) autonomia e independência (na gestão, no financeiro e nas tomadas de decisões); v) prover a educação, a formação e a informação aos cooperados; vi) intercooperação entre as cooperativas e vii) interesse pela comunidade local.

O Quadro 1 demonstra a evolução desses princípios cooperativistas no período de 1844 até 1995, igualmente acima tratados, sendo que no ano de 1995 foi realizado o

último congresso da ACI, que firmou e definiu os princípios cooperativistas que regem até os dias atuais as ações cooperativas no mundo inteiro.

**QUADRO 1: EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS
(1844 - 1995)**

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congresso da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital Investido 5. Educação dos Membros 6. Cooperativização Global	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão Aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitado aos Capital b) Métodos Essenciais 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição da Sobras a) Ao desenvolvimento da cooperativa; b) Aos serviços comuns; c) Aos associados pro-rata das operações. 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Preocupação com a Comunidade

Fonte: PEREIRA et al. 2002 apud CANÇADO, SOUZA, PEREIRA, 2014, p. 65.

O quadro acima revela o caráter flexível que o cooperativismo tem em se deixar ser remodelado, para que seus objetivos sejam cumpridos e para que seus valores não se percam, pois, sendo as cooperativas um modelo de empresa inovadora, cabe a doutrina

que as regem, se adequar as mudanças necessárias, evitando que a cooperação, solidariedade, humanismo sejam suprimidas. Por isso, os princípios cooperativistas são tão importantes, chegando ao ponto de serem reformulações diversas vezes, como uma tentativa de alcançar a melhor opção que ofereça, aos integrantes dessa doutrina, pleno cumprimento de seus deveres, direitos e funções.

2.5. Virtudes, direitos e deveres cooperativistas

As virtudes cooperativas são constituídas por qualidades positivas que, ao longo da história, se mostraram benéficas e que foram sendo apropriadas como o intuito de trazerem bem-estar coletivo. A função principal dessas virtudes é trazer ao cooperativismo ampla atuação, concretude e conhecimento em suas próprias práticas. Segundo Reisdorfer (2014), as virtudes cooperativas surgiram durante o Congresso das Cooperativas de Consumo, realizado em Nunes, na França, no ano de 1986, em que onze virtudes²¹ foram identificadas e aprovadas a partir das práticas cooperativas até o momento, sendo as mesmas:

- 1ª Virtude: Viver melhor – usar a cooperação como um instrumento para conceder aos associados uma vida melhor, em que suas necessidades fossem saciadas;
- 2ª Virtude: Pagar a dinheiro – uma medida que livraria e/ou evitaria o associado do endividamento e da dependência;
- 3ª Virtude: Poupar sem sofrimento – encaminhar as finanças dos associados ao caminho de poupar dinheiro, levando em consideração a condição de cada qual;
- 4ª Virtude: Suprimir os parasitas – afastar os atravessadores ou intermediários que estejam nos caminhos das compras e vendas de produtos e serviços;
- 5ª Virtude: Combater o alcoolismo – mal que abateu à muitas famílias em situações críticas de crise;
- 6ª Virtude: Integrar as mulheres nas questões sociais – ainda na época as mulheres eram uma classe social extremamente excluída dos acontecimentos da sociedade, assim, o cooperativismo teria a função de torná-las parte da ação cooperativista.

²¹ As virtudes serão melhor descritas neste trabalho mais adiante.

- 7ª Virtude – Educar economicamente os associados – mostrar aos associados a necessidade de se ter responsabilidade e comprometimento com os compromissos financeiros e administrativos para com a cooperativa;
- 8ª Virtude: Facilitar a todos o acesso a propriedade – reunir e unir esforços para conseguir ampliar e se apropriar dos meios de produção;
- 9ª Virtude: Reconstituir uma propriedade coletiva – construir uma estrutura patrimonial coletiva;
- 10ª Virtude: Eliminar o lucro capitalista – ter como objetivo principal a produção e a satisfação das necessidades sociais dos associados;
- 11ª Virtude: Eliminar conflitos – trabalhar baseados no diálogo e a tomar decisões pautados na maior parte das opiniões (votos).

Essas virtudes fazem parte não somente das características do cooperativismo, mas também das estruturas organizacionais e gestoras das cooperativas, que devem levar em consideração as onze virtudes para que cada relação cooperativista contemplem a cooperação e a solidariedade.

Como já mencionado, existem direitos e deveres que cabem a todo o sistema cooperativo e que são necessários para que o funcionamento desempenhe seu papel social devidamente e siga corretamente tudo que foi proposto em seus princípios, objetivos e estatutos. Vale mencionar, que tanto os direitos como os deveres são características cooperativistas fundamentais na estrutura do sistema cooperativo, que sem a descrição e o cumprimento correto dos mesmos o sistema fica comprometido e perde concretude e credibilidade. Sendo assim, cada cooperado tem o direito de votar e de ser votado (os que se candidatam a cargos da gestão); participar de toda e qualquer operação da Sociedade; receber o retorno das obras dos exercícios; acessar e examinar qualquer livro ou documento que acha necessário ou simplesmente queira; convocar assembleia; pedir esclarecimentos aos órgãos gestores; opinar e propor medidas que vissem atender os interesses da cooperativa. Cada cooperado tem o dever de caminhar juntamente com a cooperativa; participar das assembleias (para obter quórum e para tomar decisões); entregar sua produção a cooperativa (sem competição); se submeter a decisão democrata (da maioria); votar; cumprir compromissos e responsabilidades com a cooperativa; informa-se sempre sobre a situação da cooperativa; analisar, perceber e apontar falhas e acompanhar oportunidades de educação e formação.

Cada direito e cada dever é uma responsabilidade assumida pelo cooperado, e deve ser fiscalizado pelas cooperativas, pois, o não cumprimento de ambos elementos acarretará falhas graves, desmerecimento dos objetivos, princípios, valores e virtudes cooperativistas e, principalmente, na decadência do sistema cooperativo. Do mesmo modo, cada voluntário que se coopera a uma sociedade cooperativa, e que muitas vezes não se interessa pelos detalhes importantes dessa sociedade, deve ter em mente que o cooperativismo, como forma de organização e correção social, é um instrumento importante e sério no combate das mazelas sociais, especialmente, para a parcela social ali unida. Por isso, é necessário mencionar que a primeira ação das cooperativas para com seus cooperados, deveria ser a de ensiná-los todas as características do cooperativismo, desde seus objetivos, virtudes e valores, perpassando pelos seus estatutos e princípios, terminando em seus deveres e direitos, para que cada qual policiasse sua atitude, comprometimento e responsabilidade perante a cooperativa em que o mesmo se tornou membro e parte importante de funcionamento. Essa ação introdutória facilitaria as demais atividades que se seguiriam.

2.6. Os 13 ramos do Cooperativismo brasileiro, o ramo agrícola e as cooperativas agrícolas

Os ramos do cooperativismo surgiram em 1993, nomeados pela OCB, tendo a função de “classificar e facilitar a organização vertical das cooperativas” (PINHO, 2014, p. 270), sendo essa medida importante, também, para “viabilizar a economia de escala e a competitividade das cooperativas no mercado”. (PINHO, 2004, p. 270). Isto é, a divisão das cooperativas em ramos, sendo inclusas nessas classificações as federações, confederações e centrais de âmbito estadual e nacional, auxilia a visualização das peculiaridades de cada cooperativa que se enquadrara em um determinado grupo específico. Isso acarretará um melhor conhecimento da composição estrutural dos diversos setores da economia. Entretanto, as variáveis dos ramos do cooperativismo brasileiro são mutáveis e poderão ser criados novos ramos; isso somente ocorrerá se houver a criação de “no mínimo, 100 (cem) cooperativas na maioria dos Estados do Brasil registradas no Sistema OCB e se dispuserem de recursos suficientes para manter em funcionamento o respectivo Conselho Especializado junto à OCB” (PINHO, 2004, p. 272). Esse conselho tem a função de ser a entidade de representação, defesa e organização

dos interesses de específico ramo do cooperativismo junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Igualmente, o sistema cooperativista brasileiro está estruturado atuando em treze ramos cooperativos atualmente, “nos meios rural e urbano, estando presentes no dia a dia das pessoas com um enorme leque de produtos e serviços oferecidos” (OCB, 2017, p. 12). Sendo esses produtos e serviços classificados nos ramos a seguir descritos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, mineral, produção, infraestrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte (de cargas e passageiros). Os treze ramos acima descritos, hoje, representam em torno de 6,6 mil cooperativas, tendo em seu interior mais de 13,2 milhões de cooperados dando sustento ao setor cooperativo.

O Quadro 2, demonstra com maiores detalhes o panorama do cooperativismo e de seus ramos no território nacional, sendo os três principais setores econômicos que mais utilizam da organização social cooperativista são o agropecuário, consumo e crédito; sendo que juntos, os mesmos representam mais de 66,4% do total de associados e mais de 40% do total de cooperativas no território brasileiro. Este ranking só se constituiu, primeiramente pelo caráter exportador do Brasil de matéria prima e de produtos primários derivados da agricultura nacional, secundamente, pelo interesse das cooperativas em suprir as necessidades de sobrevivência de seus associados, e por último, pela crise financeira que as cooperativas passaram com a saída do Estado brasileiro de suas organizações, o que acarretou em uma forte necessidade de capital e financiamento, não somente advindos do Estado, mas de outras cooperativas que tinham como principal atividade fornecer crédito ao sistema cooperativo brasileiro: as cooperativas de crédito. Vale ressaltar, que essa interação entre as cooperativas de crédito e as demais cooperativas é um dos exemplos mais marcantes do princípio de intercooperação do sistema cooperativista mundial no território brasileiro.

QUADRO 2: PANORAMA DO COOPERATIVISMO DO BRASIL - OCB (2018)

RAMO DE ATIVIDADE	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS	EMPREGADOS
Agropecuária	1.555	1.016.606	188.777
Consumo	147	2.990.020	14.056
Crédito	976	7.476.308	50.268
Educacional	279	50.847	3.966
Especial	8	315	9
Habitacional	293	114.567	886
Infraestrutura	125	955.387	6.154
Mineral	79	57.204	187
Produção	257	12.494	3.458
Saúde	813	225.191	96.230
Trabalho	895	193.773	1.580
Transporte	1.205	136.425	11.209
Turismo e Lazer	23	1.823	15
TOTAIS	6.655	13.230.960	376.795

Fonte: Sistema OCB (OCB, 2018).

Outros ramos do cooperativismo também se mostram bem avançados em quantidade e qualidade, como o ramo de infraestrutura, saúde e trabalho, ramos esses que ao serem analisados casam muito bem com as problemáticas sociais do país. Desta forma, o cooperativismo molda sua estrutura, tanto no Brasil, como em tantos outros países no mundo, fazendo desta doutrina um instrumento de luta, reconstrução, modo de vida e cultura, que vem crescendo e ampliando seu campo de atuação, pois se mostrou eficaz, importante e necessário para a diminuição das precariedades sociais. Portanto, o sistema cooperativo resultou em transformações sociais, políticas, econômicas e culturas das sociedades em que se fez presente, não se restringiu apenas a um ou poucos setores econômicos e se mostrou uma nova forma de trabalhar e pensar, uma forma em que objetivo é melhorar a sociedade, sempre que possível, em todos os sentidos e em todos os momentos, levando como base a igualdade, fraternidade e cooperação, mas deixando bem claro que a principal e primeira mudança deve ser feita no ser humano.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB)²², o ramo cooperativo agropecuário reúne as cooperativas que têm como cooperados produtores rurais, agropastoris e de pesca, e desempenham a função de auxiliá-los na diminuição dos custos de produção, receber, comercializar, armazenar e industrializar suas produções. Além disso, funcionam como fornecedoras de assistência técnica, educacional e social. Desta forma, as cooperativas agropecuárias representam o maior e mais significativo ramo do cooperativismo brasileiro, com 1.555 cooperativas atuantes no país. Hoje, o ramo agropecuário representava 23% do total de cooperativas, com cerca de 1.016.606 associados, 7% a mais que no ano de 2010, estando 188.777, desses cooperados, empregados. Uma característica importante do ramo agropecuário, e de todo sistema cooperativo, é a capacidade de integrar os diversos níveis de produtores, sem distinção de classe, gênero, quantidade produzida, posse ou capital, representando assim, um importante fator de crescimento, pois nas organizações capitalistas, as relações são cada vez mais competitivo, monopolista e excludente.

Destarte, “para ter sucesso na produção agrícola, principalmente no caso de pequenos produtores, são necessárias medidas que envolvam mudanças na organização preocupação com a diferenciação da produção no mercado” (ZULIAN, DORR, ALMEIDA, 2013, p. 2292); essa mudança organizacional, segundo as mesmas autoras, pode ser muito bem representada pelo ramo e pelas cooperativas agropecuárias, pois apresentam uma forma eficiente de possibilitar com que, tanto economicamente quanto socialmente, o pequeno e médio produtor possa se inserir e se manter no meio agrícola. Desta forma, “o sistema cooperativo funciona como uma solução para os pequenos e médios produtores” (FERREIRA, 2009 apud ZULIAN, DORR, ALMEIDA, 2013, p. 2292). Por isso, “além de incentivar a criação de cooperativas agropecuárias, é importante a prática da gestão, uma vez que a entidade envolve um grande grupo de pessoas e se relaciona com o mercado competitivo”. (ZULIAN, DORR E ALMEIDA, 2013, p. 2302)

As cooperativas do ramo agropecuário são responsáveis, em sua maioria, por todo alimento consumido pelos brasileiros. É possível que em cada lar haja um alimento produzido por uma cooperativa, o que acarreta a garantia de renda para milhares de produtores rurais. Além desse papel central e protagonista, as cooperativas ainda realizam fortes investimentos na ampliação e modernização do meio agropecuário, com isso, contribuem para o avanço do agronegócio e do pequeno produtor.

²² <http://www.ocb.org.br/ramos>

2.7. Apontamentos sobre o sistema cooperativista e cooperativismo moderno

O cooperativismo mostrou-se como uma força modificadora em meio a contextos de crise, fortalecendo-se ao longo dos anos e tornando-se cada vez mais uma organização social consolidada e bem estruturada teórica e fisicamente. Contudo, sabe-se que a estrutura teórica cooperativista não foi criada do dia para noite e não se manteve intacta desde sua criação, isto é, várias modificações foram necessárias ao longo dos anos, para que o sistema cooperativo não se perdesse em meio a tantas mudanças no sistema econômico e social dos países em que o sistema se encontrava instalado, isso tudo, para que nunca se perdesse a essência principal do sistema cooperativo: solidariedade, igualdade e cooperação. Desta forma, o sistema cooperativista se deixou ser modelado para que se pudesse encontrar, sempre, a melhor maneira de manter a cooperação como base de toda atividade cooperativista, e é sobre essa base teórica que essa seção de debruçará, pois, “ao analisar essas diretrizes, percebe-se que a todo momento, mesmo que não explicitamente, a questão da necessidade de uma inserção consciente na lógica cooperativista se faz indispensável.” (BARRETO; PAES DE PAULA, 2009, p. 2002). Com base nesta conjuntura, essa seção tem o propósito de apontar algumas arguições sobre a estrutura teórica do sistema cooperativista, tendo em vista as conjunturas em que seus princípios, objetivos, direitos, deveres e virtudes se constituíram.

A última reestruturação dos princípios cooperativistas se deu em 1995, em Manchester, na Inglaterra, sendo que sete princípios foram fundamentados para que toda e qualquer ação cooperativista se norteasse por eles, contudo, a intencionalidade presente em cada um é o que os deixam propícios a possíveis distorções, isto é, o princípio da adesão voluntária e livre se concretiza apenas quando o indivíduo se encaixa e pré-requisitos da cooperativa em que quer se inserir; a gestão democrática, em sua maioria, são realizadas pelos seus membros, porém muitos dos cooperados não tem a mínima noção de que sua participação é essencial na gestão, pois faz parte da mesma e é um dever de cada cooperado; a participação econômica dos cooperados está inteiramente ligada a taxa de adesão e a cota-parte, porém essa participação econômica está intrinsecamente ligada a toda estrutura física, econômica e profissional que a cooperativa levanta e mantém em pé para sustentar os interesses e necessidades de seus cooperados; autonomia e independência, é um dos princípios mais importantes do cooperativismo, porém, em algumas áreas a cooperativa necessita de uma colaboração externa, podendo ser de

outros agentes cooperativos ou não; o princípio de promoção de educação, formação e informação é um dos princípios mais difíceis de ser cumprido pela cooperativa no que diz respeito à educação e formação, isso por questões de não ter condições de bancar cursos, workshop e entre outros eventos, entretanto, com relação a informações que o cooperado necessita saber, e que é obrigação da cooperativa informar, por muitas vezes não chega ao seu destinatário por motivos diversos como: não é repassada ao cooperado, não há interesse dos cooperados, a cooperativa não tem conhecimento, não se tem a informação por inteiro, entre outras circunstâncias, causando prejuízo à todo corpo cooperativo; a intercooperação é um princípio essencial ao cooperativismo e um dos princípios que mais está em vigência e presente em tantas cooperativas, pois muitas cooperativas estão sobrevivendo graças à inter-cooperação, principalmente, mas não somente, a ligação entre as cooperativas financeiras com outros ramos cooperativos, e por último, o princípio de interesse pela comunidade, é um princípio que, em prática, consegue-se vê-lo muito presente nas conjunturas econômicas e sociais das localidades em que as cooperativas se encontram instaladas, porém algumas unidades cooperativas se esforçam para que questões ambientais e políticas também sejam atingidas pela atividade cooperativa.

Em se tratando dos objetivos e dos valores do cooperativismo, estes são muito claros quanto a sua intenção e sua aplicação e, dificilmente as ações das cooperativas conseguirão ou deverão fugir deles, pois, eles representam todo e qualquer ação cooperativa, isto é, está intrínseco nas atividades executadas pelas cooperativas no mundo. Os direitos e deveres do cooperativismo seguem a mesma linha, porém, os direitos são muito observados pelos cooperados e, até mesmo, executado, mas os deveres, não são devidamente transmitidos aos verdadeiros, ou pelo menos que deveriam ser, interessados e associados na cooperativa, uma falha, que colocaria aqui como gravíssima, devido ao fato de que é essa falta de conhecimento que ocasiona muito disparate nas negociações e atuação da cooperativa.

E por último, as virtudes cooperativistas, que foram criadas em 1986 no Congresso das Cooperativas de Consumo, realizado em Nunes, na França (REISDORFER, 2014). O verdadeiro objetivo da criação das virtudes cooperativista, foi trazer um bem-estar coletivo em cada atitude cooperativista, porém, desde o ano de sua criação elas não foram remodeladas e nem revisadas, o que, atualmente, causa estranheza na forma em que foram constituídas e descritas. Assim, uma análise das virtudes se mostrou necessária, para fins

de inseri-las na forma de organização econômica capitalista, que é a forma que rege toda a ação econômica e produtivista das empresas cooperativas.

- 1ª Virtude: Viver melhor – usar a cooperação como um instrumento para conceder aos associados uma vida melhor, em que suas necessidades fossem saciadas; → uma argumentação, apenas, se faz necessária nesta primeira virtude; a mesma se encontra incompleta, pois em momento algum, nela ou em outros segmentos da estrutura cooperativista, se revela como essa “melhora de vida” chegará ao cooperado, isto é, o esforço principal de toda cooperativa é baixar o custo de produção ou sobrevivência do mesmo, para que ele possa aumentar sua renda e qualidade de vida, assim, apenas há uma incompletude na virtude mencionada;
- 2ª Virtude: Pagar a dinheiro – uma medida que livraria e/ou evitaria o associado do endividamento e da dependência; → a fato de direcionar o cooperado a evitar um endividamento, no cooperativismo moderno²³, na maioria das vezes, não está presente nas produções, pois, essa maioria depende, e muito, dos financiamentos advindos de várias instituições financeira, cooperativas ou não, e o ato de pagar à vista não está inteiramente ligado ao “não endividamento”, mais sim ao endividamento por meio de uma financiamento de sua produção;
- 3ª Virtude: Poupar sem sofrimento – encaminhar as finanças dos associados ao caminho de poupar dinheiro, levando em consideração a condição de cada qual; → esse é uma virtudes importantíssima para o cooperado, que apenas pensava em sua sobrevivência e gastava aquilo que ganhava, assim, hoje o cooperado tem que lidar com essa virtude, levando em consideração na suas finanças todos seus gastos produtivos, financiamentos e uma taxa em que o mesmo possa reservar para futuras desventuras, e até mesmo deposita-las em cooperativas financeira, colaborando com o crescimento do sistema cooperativo e de seu capital;
- 4ª Virtude: Suprimir os parasitas – afastar os atravessadores ou intermediários que estejam nos caminhos das compras e vendas de produtos e serviços;
- 5ª Virtude: Combater o alcoolismo - mal que abateu à muitas famílias em situações críticas de crise; → o alcoolismo, ainda, é um mal que abate diversas

²³ Segundo Bialoskorski (2006, p. 28 apud SALES, 2010, p. 29), a cooperação integral é “considerado o início do movimento cooperativista mundial, ou seja, o marco fundamental do cooperativismo moderno. A base doutrinária dos estatutos desses cooperativistas pioneiros norteará toda organização cooperativa até os dias de hoje, sendo adotada e propagada pela Aliança Cooperativa Internacional e pelas organizações cooperativas em nível nacional”, isto é, a mundialização do sistema e das práticas cooperativistas, representam o cooperativismo moderno.

organizações sociais, porém, nos tempos atuais, no meio cooperativo, ele se encontra presente de forma reduzida, comparando-se aos anos de 1844, quando em crise, os operários se rendiam a essa doença, tratando-a como uma tabula de salvação²⁴;

- 6ª Virtude: Integrar as mulheres nas questões sociais – ainda na época as mulheres eram uma classe social extremamente excluída dos acontecimentos da sociedade, assim, o cooperativismo teria a função de torna-las parte da ação cooperativista; → com o intuito de constatação e segundo Bueno & Knuppel (2014, p.3), de cada “20 a 32 pessoas que são associadas a cooperativas, entre 5 a 12 são mulheres”, que atuam em diversas funções, não somente como meras cooperadas, mais também como presidentes, conselheiras, entre outras funções. Essa foi a conquista de uma visibilidade social, dentro do setor cooperativismo, que se fizeram presentes na “organização coletiva, divisão do trabalho e investimentos na profissionalização das mulheres” (BUENO & KNUPPEL, 2014, p. 3).
- 7ª Virtude – Educar economicamente os associados – mostrar aos associados a necessidade de se ter responsabilidade e comprometimento com os compromissos financeiros e administrativos para com a cooperativa; → essa virtude esbarra em uma outra problemática da cooperativa, o comprometimento dos cooperados para com a cooperativa em que se associou, afim de usufruí-la para que a mesma possa crescer e se desenvolver cada vez mais; muitos cooperados não entendem a necessidade e a importância de utilizar a cooperativa como principal meio de comprar, pois não idealizam que são parte dessa empresa e, por muitas vezes, procuram diversas outras fontes de ajuda, comprar e financiamentos, o que se torna uma problemática no meio cooperativo, já que as cooperativas só conseguem se desenvolver se os cooperados as utilizarem;
- 8ª Virtude: Facilitar a todos o acesso a propriedade – reunir e unir esforços para conseguir ampliar e se apropriar dos meios de produção;
- 9ª Virtude: Reconstituir uma propriedade coletiva – construir uma estrutura patrimonial coletiva;
- 10ª Virtude: Eliminar o lucro capitalista – ter como objetivo principal a produção e a satisfação das necessidades sociais dos associados; → essa uma das principais

²⁴ Informação obtida em entrevista realizada na sede da COPLACANA, localizada em Piracicaba, no dia 26 de janeiro de 2018.

virtudes que necessitam de uma readequação, pois, as cooperativas são empresas sociais em meio a uma organização econômica capitalista; e por mais controversa que parece essa alegação, as cooperativas estão inteiramente inseridas no meio de produção capitalista, tendo que sobreviver com a lucratividade e com a competitividade. A “eliminação do lucro capitalista”, como colocado nesta virtude, se encontra mal mencionada, uma vez que as cooperativas só mantêm a sua estrutura em funcionalidade devido a ação conjunta dos cooperados e sua lucratividade, assim, o lucro não é eliminado, e sim absorvido/internalizado, em forma de salários de funcionários, manutenção da estrutura física entre outras finalidades, na cooperativa, assim, e segundo Barreto & Paes de Paula (2009, p. 2002), a “intromissão já indicava a característica da economia capitalista de subjugar as demais áreas da vida em sociedade, fazendo com que estas se articulassem em função daquela, e não o contrário”;

- 11ª Virtude: Eliminar conflitos – trabalhar baseados no diálogo e a tomar decisões pautados na maior parte das opiniões (votos);

Por fazerem parte da estrutura organizacional e da gestão das cooperativas, as virtudes cooperativistas, como uma apenas uma proposta, deveriam ser remodeladas, como os princípios cooperativistas, pois ambos têm a função de manter no cerne do cooperativismo a cooperação, a solidariedade e a igualdade em plena vigência.

Como uma forma de representar, resumidamente, um panorama geral da situação, dos itens acima citados, no sistema cooperativo, o Quadro 3, tratará da identificação da estrutura teórico dentro do mesmo.

QUADRO 3: ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIREITOS, DEVERES E VIRTUDES NO SISTEMA COOPERATIVO.

	Situação	Justificativa
Princípios		
1) Adesão voluntária e livre	Aplicada	Base do cooperativismo
2) Autogestão	Em desenvolvimento	Sempre em formação
3) Participação econômica	Ampliada	Ampliada para infraestrutura física e profissional das cooperativas
4) Autonomia e independência	Em desenvolvimento	Sempre em formação

5) Educação, formação e informação	Deficitária	As cooperativas encontrar diversas dificuldades em realizar esse princípio
6) Inter-cooperação	Necessária	Um dos pilares de sustentação das cooperativas
7) Interesse pela comunidade	Ampliável	Coloca da prática, mas deveria ser ampliado para outros setores
Objetivos (panorama geral)	Claros e praticados	Voltados para atender a base cooperativista: solidariedade, igualdade e cooperação
Valores (panorama geral)	Claros e praticados	Voltados para atender a base cooperativista: solidariedade, igualdade e cooperação
Diretos (panorama geral)	Executados	Prática por alguns cooperados e esquecido por outros cooperados
Deveres (panorama geral)	Mal informados	Má informação ou má interpretação do que realmente deveria ser praticado
Virtudes		
1º. Viver melhor	Incompleto	Falta mencionar a necessidade de baixar o custo de produção para alcançar essa virtude
2º. Pagar a dinheiro	Incoerente	O endividamento acontece por outras instâncias
3º. Poupar sem sofrimento	Reformulável	A poupança deve ser um item da caixa do cooperado, tanto como as dívidas, insumos etc.
4º. Suprimir os parasitas	Completo	Sem necessárias modificações
5º. Combater o alcoolismo	Ultrapassado	Mal ainda presente, mas menos presente nos meios cooperativos

6°. Integrar as mulheres nas questões	Em desenvolvimento	As mulheres já estão muito bem representadas, mais devem continuar lutando para se auto representarem
7°. Educar economicamente os associados	Mal informado	Falta formação
8°. Facilitar a todos o acesso a propriedade	Completo	Sem necessárias modificações
9°. Reconstituir uma propriedade coletiva	Completo	Sem necessárias modificações
10°. Eliminar o lucro	Incoerente	O termo correto seria a internalização do lucro
11°. Eliminar conflitos	Completo	Sem necessárias modificações

Fonte: Adaptado de BARRETO; PAES DE PAULA, 2009, p. 207. ²⁵

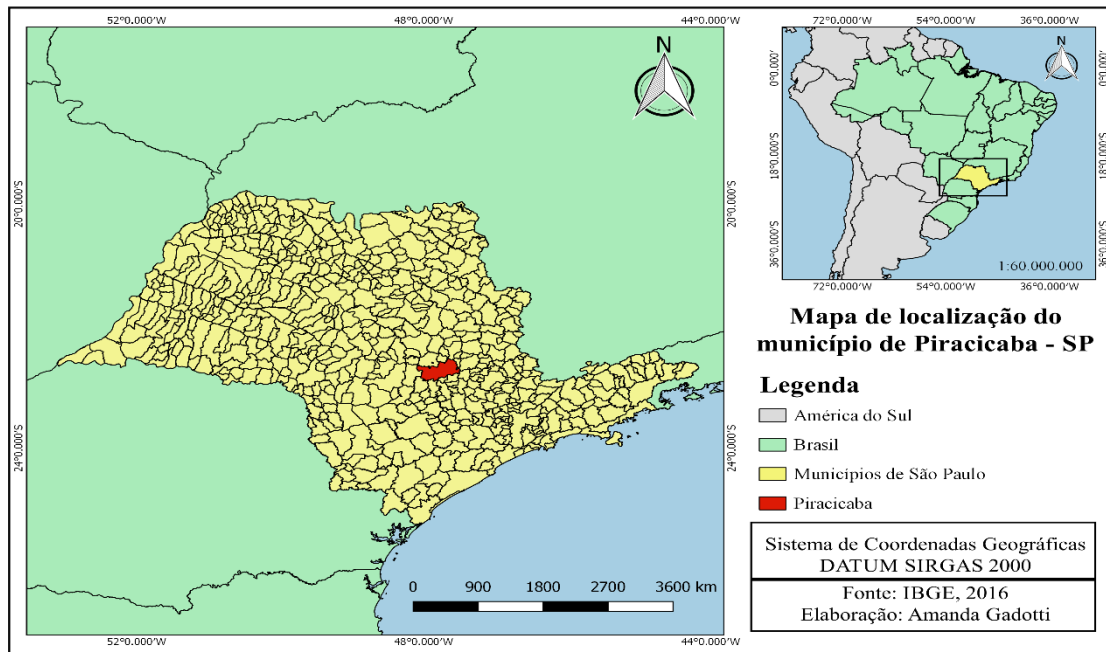
3. Setor sucroenergético e cooperativismo em Piracicaba – SP

O município de Piracicaba localiza-se no interior do Estado de São Paulo, e está, aproximadamente, a 170 km da capital paulista e integra a Região Administrativa de Campinas - SP. Piracicaba possui uma área total de 1.376,91 km², sendo 229,66 km² desta área destinada a dimensões urbanas e 1.147,25 km² destinada a dimensões rurais. Sua população é estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2017, em torno de 397.322 pessoas, alcançando uma média de crescimento de 1,03% em oito anos (de 2010²⁶, ano do censo, até 2017).

²⁵ Para elaboração deste quadro, foi necessário o estudo e análise de demais organizações cooperativas, com o intuito de obter informações sobre a aplicabilidade dos elementos cooperativistas na prática diária das cooperativas. Assim, buscou-se informações sobre cooperativas como Coamo (do campo agroindustrial), Copersucar (principalmente do setor sucroenergético) e a Copercampos (uma cooperativa catarinense), para obtenção de estudos empíricos do setor cooperativo em sua totalidade no espaço brasileiro, e assim, com estes conhecimentos, ter fundamentação para elaborar tal quadro acima. Para mais informações podem ser consultadas as bibliografias: BEIRAL (2011), SABINO et al (2009), LOPES & CARVALHO (2016), PERINA (2001), BOTELHO et al (2015), CASAGRANDE e MUNDO NETO (2012).

²⁶ População de Piracicaba no último censo: 364.571 pessoas (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piracicaba/panorama>).

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP



Fonte: IBGE, 2016.

Elaboração: Amanda Gadotti

Na década de 1940, com as transformações da agricultura do interior paulista, com a mecanização do campo e com as migrações (campo-cidade), Piracicaba teve sua configuração mudada por agentes externos, que alteraram e expandiram seu meio urbano para atender as novas necessidades, concomitante a isso, o crescimento da população piracicabana passou a ser de 0,65% ao ano, sendo que o crescimento populacional urbano cresceu 3,34%, em quanto o crescimento populacional rural diminuiu para 2,13% (FUNES, 2005 apud MONTEIRO, 2009, p. 97). Esse rápido crescimento urbano acarretou reflexos negativos nas condições de vida da população, aumento dos casos de “fome, à pobreza, o desemprego, a discriminação e as más condições de vida de grande parcela da população” (MONTEIRO, 2009, p. 100). Devido a esse processo, e contando que até o ano de 1980 a taxa de urbanização do município era de 92,35%, aumentando em 2014 para 98,04%, pôde-se observar que este aumento resultou em uma ocupação desordenada nas áreas periféricas de Piracicaba, como em tantas outras cidades brasileiras.

Além disso, Piracicaba tem como centro de sua economia a agropecuária, indústria (polo industrial) e turismo, contudo, seus maiores agentes econômicos são advindos do setor sucroenergético e do setor metalúrgico, sendo que ambos empregam a maior parte da população piracicabana. Hoje, Piracicaba é conhecida como um dos mais

importantes polos industriais da Região Administrativa de Campinas, possuindo mais de 5.000 indústrias nacionais e multinacionais concentradas em parques industriais, que abrangem o setor sucroenergético (e seus derivados), metalurgia e entre outros ramos. Destaca-se, que um dos atrativos para que Piracicaba continue sendo esse polo industrial na região é amplo acesso as rodovias do interior de São Paulo, fato esse que facilita a logística e diminui os custos para empresas ali instaladas.

Contudo, apesar da atualidade revelar uma diversidade na economia e nas indústrias de Piracicaba, o município teve como pioneiro na evolução da cidade e na economia atividades agrícolas e metalúrgica. Em toda história da cidade e da região, a atividade agrícola foi marcada, principalmente, pela presença da cana-de-açúcar, “mesmo com a penetração do café nas regiões do interior de São Paulo, a atividade canvieira da região de Piracicaba não chega jamais a ser deslocada” (HENRIQUES et al., 2008, p. 99).

Assim,

Piracicaba, situada em uma das regiões mais industrializadas e produtivas do Estado de São Paulo, é um centro nacional da tecnologia da produção do setor sucroalcooleiro, com numerosas instituições de ensino, centros de pesquisa e tecnologia na produção de açúcar e etanol. Seu parque industrial diversificado é responsável pela produção de equipes de toda a cadeia produtiva de álcool e de açúcar, ademais da produção da cana-de-açúcar, matéria-prima básica na produção de álcool e seus derivados, um total de 1.4 milhões de toneladas de açúcar e 500 milhões de litros de álcool por ano (HENRIQUES et al., 2008, p. 100).

Contudo, o município teve sua industrialização dividida em duas fases importantes: i) uma ocorrida na década de 1920, marcada pela industrialização e expansão do setor metalúrgico e mecânico do município, com o objetivo de aprimorar os equipamentos voltados para o setor sucroalcooleiro (usinas de açúcar e destilarias de álcool e água ardente), a fim de torna-los mais completos e eficientes, ii) seguida por uma transformação e mecanização agrícola do interior paulista e as fortes migrações na década de 1940. Vale ressaltar, que as indústrias e empresas instaladas no município e na região são em sua maioria voltadas para o setor sucroenergético, por ser o principal setor econômico da economia do município e da região, englobando nessa atividade a maior quantidade de empregados, a maior porcentagem no PIB e a maior circulação de capital. Conquanto, Piracicaba é considerada uma cidade média, tecnologicamente, industrialmente e economicamente estruturada, sendo a mesma importante para a região principalmente com suas atividades e aspectos agrícolas, que impulsionam a economia piracicabana em diversos aspectos. Destaca-se para este estudo o setor sucroenergético

de Piracicaba, que tornou o território piracicabano especializado neste setor econômico, fazendo com que esse mesmo território se compusesse de agentes extremamente importantes para a atividade agrícola canavieira e para sistema agrícola do setor sucroenergético.

3.1. Os agentes e o setor sucroenergético no município de Piracicaba

O setor sucroenergético é um dos setores da economia brasileiro que vem se destacando cada vez mais nas últimas décadas. Segundo Castillo (2013, p. 77) esse mesmo setor é composto por quatro características intrínsecas, a” restrição ao armazenamento de matéria-prima; semiperenidade da cana-de-açúcar; flexibilidade para produzir açúcar, etanol anidro ou etanol hidratado; e cogeração de energia elétrica nas unidades produtivas”. Tais características são parte essencial para a consolidação do setor no mercado interno e para o aumento do consumo de seus produtos no mercado externo.

No município de Piracicaba, o setor sucroenergético faz parte de sua economia desde o século XIX, tornando-se uma das mais importantes atividades econômicas da cidade e da região. Hoje, Piracicaba é considerada uma das mais antigas cidades do estado de São Paulo em termos de produção de cana-de-açúcar, e encontra-se rodeada por usinas e empresas que servem de apoio à produção e se beneficiam desse mesmo setor. Além disso, tal município tem em sua territorialidade uma especialização produtiva canavieira que incentivou o surgimento de arranjos espaciais voltados ao desenvolvimento do setor, isto é, em Piracicaba, pode-se encontrar uma cooperativa voltada aos plantadores de cana-de-açúcar (COPLACANA), usinas de açúcar e etanol (como a Usina Costa Pinto), multinacionais que têm suas atividades voltadas para este setor (como a empresa Raízen), empresas que produzem máquinas, peças, insumos e entre outros produtos para fornecer aos produtores e as empresas sucroenergéticas (Raízen, Dedini, Coplacana, entre outras), centros de pesquisa (CTC – Centro de Tecnologia Canavieira e Polo Nacional de Biocombustível localizado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ) e entre outros arranjos que tornam Piracicaba uma cidade especializada no setor sucroenergético.

Além desses elementos presentes no território piracicabano, há outros arranjos importantes voltados a esse setor da econômica que acabam por especializar ainda mais o município. Contudo, é essencial que sejam mencionados e descritos neste trabalho,

como uma forma de demonstrar a importância desse município para o setor em questão e para economia nacional.

Parque Tecnológico de Piracicaba “Engenheiro Agrônomo Bruno Emílio Germek”: o Parque Tecnológico instalado em Piracicaba no dia 21 de agosto de 2012, é uma referência em pesquisa e progresso do setor sucroenergético, tendo em sua estrutura 774.411,24 m² destinados ao objetivo de promover informações tecnológicas para o setor, voltando-se especialmente para área automobilística sucroenergética e de demais setores econômicos, estimulando a cooperação entre os centros de pesquisa, universidades e empresas, a fim de que o objetivo seja alcançado. Além disso, o Parque tem a função de dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais. O PTP, está inserido no Sistema de Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec) do governo do Estado de São Paulo, que se regulamentou com o Decreto Estadual 50.504 de 6 de fevereiro de 2006 e, se firmou no município de Piracicaba com a convergência de interesses e ações do Governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura Municipal de Piracicaba. Igualmente, o Parque é constituído por tecnologia de ponta, distribuído em 24 boxes, 4 células, 2 laboratórios, área de conveniência, auditório, 3 salas de reunião, 3 sala de administração, biblioteca e uma área destinada para empresas e universidades, onde está instalada a Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (FATEC) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), sendo que, além desses parceiros educacionais, há uma parceria entre a ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e o Parque. O Parque ainda tem a função de aproximar as empresas que o constituem, sendo que as empresas Hyundai Aversa, Raízen, Koppert, Benri e Delta CO2 foram instaladas com o objetivo de serem moldes de cooperação. Os programas que compõem as inovações tecnológicas do Parque Tecnológico de Piracicaba são voltados, principalmente, a conversão de fontes de biomassa em combustíveis renováveis, isto é, dessa biomassa busca-se alcançar a produção de etanol, biodiesel, cogeração de energia e a geração de biocombustíveis e bioprodutos de 2^a ou 3^a geração. Por isso, o Parque Tecnológico se tornou um instrumento fundamental para o progresso de Piracicaba e região.

Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA): o Arranjo Produtivo Local do Alcool foi fundado em agosto de 2009, sendo uma associação sem fins lucrativos, que tem como função agregar empresas, entre outras instituições, pública ou privadas, do setor

sucroenergético, envolvendo assim, toda cadeia agroindustrial da cana. Esse agregado de instituições e empresas possui o objetivo de oferecer ao mercado sucroenergético soluções completas na produção e no processamento de cana brasileiro e mundial²⁷, tendo como foco principal a redução de custos de produção e o incremento da competitividade entre as empresas da região. O principal objetivo do APLA é fomentar e facilitar a interação dos associados ao arranjo, organizando-os e estruturando-os, de forma que possam gerar maior valor para as cadeias produtivas dos combustíveis renováveis, contribuindo para um desenvolvimento sustentável da região. Além disso, o Arranjo Produtivo Local do Álcool tem como missão ser reconhecido como referência mundial no desenvolvimento e na aplicação de tecnologias voltadas aos combustíveis renováveis, envolvendo assim, desde os projetos, produção e comercialização das tecnologias, até a instalação e manutenção das unidades industriais. O APLA conta com parcerias empresariais internacionais, como a Kenana Sugar Company (KSC), uma empresa do Sudão; nacionais, como a Apex Brasil (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos), a ACIPI (Associação Comercial e Industrial de Piracicaba), a SIMESPI (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico, Siderúrgicas, Fundições e Similares de Piracicaba e Região), a COPLACANA (Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba) e a CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo); e parcerias educacionais como o CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), a ESALQ (Escola de Engenharia e Agricultura Luiz de Queiroz), a FUMEP (Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba), a UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba) e a FATEC (Faculdade de Tecnologia). Distingue-se, que a APLA tem o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, juntamente com o município através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC). Entretanto, um dos pontos mais importantes deste arranjo produtivo é, que após sua criação em 2009, ele passou a ser responsável pela gestão do Parque Tecnológico de Piracicaba, cuidando dos serviços laboratoriais, coordenação científica, gestão de incubadoras e organização de eventos e mantendo o foco do Parque Tecnológico e do APLA no setor sucroenergético, sendo que para isso o arranjo gestora o parque tecnológico, sustentando a interação mutua entre empresas e institutos de ensino.

²⁷ Para isso o próprio arranjo procura estabelecer parceria com investidores estrangeiros em seus projetos.

Centro de Tecnologia Canavieira (CTC): é um centro especializado em tecnologia voltadas para o setor sucroenergético e que tem como principal objetivo promover inovações necessário no setor. Essa unidade de pesquisa prioriza seus trabalhos no melhoramento genético, automação das usinas de cana, modificação genética e melhorias no processo de colheita mecanizada. O CTC é um dos agentes mais importantes para Piracicaba e para o setor, pois é nesse centro especializado e avançado de pesquisa que se dá a maior porcentagem de melhoramento e desenvolvimento, em diversos aspectos, para o setor sucroenergético.

Há ainda dois agentes do setor sucroenergético, presentes no território piracicabano, que são de suma importância para o desenvolvimento do setor no município e em outras instâncias: a COPLACANA e a *joint-venture* Raízen; porém não cabe ainda mencioná-los neste momento, pois ambos necessitarão de uma melhor, detalhada e mais profunda explicação, por serem base fundamental desta pesquisa.

3.2. Relevância da COPLACANA e Raízen na organização da produção sucroenergética em Piracicaba

Os plantadores de canas estão unidos em uma cooperativa, a COPLACANA (Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo), que surgiu com a união de 57 produtores rurais no ano de 1948 com o objetivo de garantir ao plantador a segurança no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, sendo esta iniciativa pioneira para o setor e sendo essa cooperativa composta por uma diretoria participativa. Este Centro Canagro tem sua matriz localizada no Município de Piracicaba, com uma área total de 46 mil m² e se tornou um dos agentes essenciais para o circuito produtivo da cana-de-açúcar; A COPLACANA²⁸ abrange os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, com filiais instaladas nessas localidades e é composta de produtos com marca própria e um grupo de funcionários voltados para atender as necessidades de seus cooperados, além de parcerias com a AFOCAPI (associação e o Hospital dos Fornecedores de Piracicaba - HFCP), o SINDIRPI (sindicato) e a SICOOB COCRE (banco). Contudo, o agricultor rural apenas se torna associado dos agentes que achar

²⁸ <http://www.cana.com.br/index.html>

conveniente para si e se for da vontade do mesmo, pois, a princípio, o ato de se tornar associado da cooperativa apenas lhe dá o benefício de ser cooperado da COPLACANA, os demais itens são independentes dentro do Centro Canagro, havendo a necessidade de se associar a cada qual individualmente.

A COPLACANA (Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo) é composta por uma loja especializada em produtos agrícolas que vão desde roupas, calçados, ração, fertilizantes, produtos veterinários e diversificados produtos para o setor sucroenergético e rural, entretanto, o principal foco são as necessidades e demandas produtivas de seus cooperados, buscando uma redução nos custos de produção, isto é, o objetivo da cooperativa é oferecer ao cooperado serviços e produtos de baixo custo, para que o pequeno e médio produtor, principais associados, possam se manter no mercado competitivo do agronegócio, sendo que os plantadores de cana-de-açúcar se beneficiam nos custos de produção, ao se tornarem cooperados e a cooperativa sobrevive se baseando nessa compra e venda advindas das demandas de seus cooperados. Além disso, essa compra e venda acarreta à COPLACANA sua lucratividade e sobrevivência, como também toda produção própria de grãos e ração. A AFOCAPI (Associação dos Fornecedores de cana de Piracicaba) é uma entidade que busca a defesa dos direitos e das questões que envolvem o setor sucroalcooleiro e principalmente o fornecedor de cana; essa associação tem o dever de assegurar os direitos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos para os plantadores, sendo uma de suas conquistas a mudança na legislação canavieira (Lei nº 4.870/65), que assegurou ao agricultor e trabalhador à assistência médica, odontológica e técnica²⁹, além do mais, a AFOCAPI cuida de toda parte burocrática do plantador e de seus funcionários, buscando mantê-lo em dia com seus deveres. A associação também é responsável pelos cuidados com a saúde dos fornecedores, criando assim o HFCP (Hospital dos Fornecedores de cana de Piracicaba) que está localizado na cidade de Piracicaba (com filiais presentes em adjacências do município), com finalidade de atender a todos os fornecedores com plano médico, odontológico e fisioterapêutico, além de dar suporte a outros planos da cidade e até mesmo assistência ao SUS (Sistema Único de Saúde).

A SINDIRPI (Sindicato Rural de Piracicaba e Região) teve suas atividades iniciadas em 1949, é o sindicato que regula as regras, direitos e deveres do setor

²⁹ Tanto a assistência médica como odontológica são serviços oferecidos pelo Hospital dos Fornecedores de cana aos cooperados da AFOCAPI, tanto como a assistência técnica, que vai desde engenheiro agrônomos especialistas na área, até contadores e o próprio banco.

sucroalcooleiro, tendo como área de jurisdição Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, Águas de São Pedro e São Pedro. O sindicato oferece ao sindicalizado a recuperação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), isto é, consultores contratados reconquistam o imposto pago pelo produtor nos 5 últimos anos, sendo que tal direito é garantido pela legislação do Estado de São Paulo conjuntamente ao governo federal.

A SICOOB COCRE (Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de cana e agropecuária da região de Piracicaba) foi inaugurada em 19 de maio de 1969, e é considera o banco que dá assistência financeiras aos cooperados (agricultores rurais da cana). Esta intercooperação entre COPLACANA e SICOOB COCRE foi visada pelos seus conselheiros eméritos Srs. José Coral, José Benedito Massarutto e Arnaldo Antonio Bortoletto, que uniram esforços para oferecer soluções financeiras diferenciadas do mercado convencional aos cooperados, proporcionando, em uma fase de circunstâncias precárias e instabilidades econômicas, melhor qualidade de vida financeira aos seus cooperados.

Vale salientar que o apoio financeiro é consentido principalmente para os médios e pequenos fornecedores oferecem todos os produtos que um banco comercial pode oferecer, entretanto as taxas para financiamento são bem inferiores comparadas com as taxas do mercado e há a isenção de taxas sobre serviços e tarifas dos produtos, o que se torna um atrativo para que o fornecedor acabe optando pela SICOOB COCRE. O banco tem seu capital misto, sendo 50% advindo dos fornecedores e os outros 50% são empréstimos do Banco do Brasil que são também repassados para os cooperados de formas diversas. O banco oferece como serviço: aplicações financeiras (investimentos), cartões, cheque especial, crédito pessoal, financiamento (rural), consórcio, financiamento de veículos, operações de desconto (inclusive de cheque), previdência, capital de giro, desconto de recebíveis, seguros, poupança, isenção de tarifas, talões de cheques, empréstimos, investimentos do BNDES, manutenção de conta corrente e débito em conta corrente.

Já a Raízen, consiste em uma *joint venture* criada em fevereiro de 2011 e que começou suas atividades em 1º de junho do mesmo ano a partir da união dos grupos Cosan (brasileiro, de capital aberto, fundado em 1936 inicialmente com a Usina Costa Pinto no município de Piracicaba - SP) e Shell (anglo-holandês, de capital aberto, fundado em 1907 para atuar inicialmente no ramo petrolífero), possuindo 49 mil funcionários e iniciando suas atividades com um valor de mercado de R\$ 20 bilhões. Segundo Xavier, Pitta, Mendonça (2011, p. 45) “a tendência é que outras petrolíferas como a BP (British

Petroluem) e a Petrobras passem a controlar uma parte significativa da produção de agrocombustíveis no país”. A Raízen concentra-se no país com 26 usinas³⁰ e se subdivide em duas estruturas: Raízen Combustíveis (voltada para a distribuição de combustíveis) e Raízen Energia (destinada à produção de etanol e açúcar e à geração de energia elétrica por queima da biomassa), incluindo nesta parcela todas as usinas de produção de álcool e açúcar, a cogeração de energia elétrica pelo bagaço da cana-de-açúcar, pontos de distribuição de combustíveis e a marca ESSO. Vale ressaltar que a empresa de logística (Rumo), aquisição de terras (Radar), alimentos (Cosan Alimentos) e lubrificantes (Cosan Lubrificantes) estão sob o poderio somente da Cosan.

A Raízen tem como enfoque a melhoria na produtividade da bioenergia e na segunda geração de etanol combustível, sendo que o primeiro elemento, são essenciais para a matriz energética nacional e principalmente para o estado de São Paulo, concentrada nas 26 unidades produtoras³¹. Essa cogeração de energia tem, primeiramente, a funcionalidade de promover a autossuficiência dessas usinas, sendo que 98% da demanda interna é suprida pela cogeração de energia advinda do bagaço da cana-de-açúcar e 2% do óleo diesel, e em segundo plano, a venda do excedente desta energia (GADOTTI; GALLO, 2016). Além disso, a cogeração de energia elétrica abrange em sua produção duplo caráter de complementariedade na matriz energética brasileira: primeiramente, porque o maior pico de produção dessa a geração de energia elétrica é no período de safra, sendo que o mesmo coincide com o período de seca dos reservatórios das usinas hidrelétricas; e, em seguida, a produção de energia elétrica gerada pelas usinas hidrelétricas instaladas em território paulista não consegue mais atender ao consumo de energia do estado, precisando com que seja complementada com outras formas de geração de energia: as fontes alternativas.

A Raízen possui atualmente 26 unidades de produção de etanol e açúcar no estado de São Paulo (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014), à vista disso todas as usinas são autossuficientes (produção e energia elétrica própria), contudo apenas 10 dessas usinas comercializam o excedente, segundo o Formulário de Referência (2011/2012). A capacidade total instalada de cogeração de energia elétrica é de 940 MW nas 24 unidades. Esse potencial representa uma comercialização anual de energia elétrica de aproximadamente 1,8 milhão de MWh, o suficiente para suprir, por exemplo, uma cidade de cinco milhões de habitantes. O excedente da produção de energia elétrica é

³⁰ <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/quem-somos/meus-numeros>

³¹ <http://www.raizen.com.ar/pt/sobre-raizen-nossos-negocios/cogeracao-de-energia>

vendido pela Raízen para o governo do estado (em leilões organizados pelo próprio governo) e no mercado livre para empresas concessionárias de energia do estado, como por exemplo a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz); sendo que destas 10 usinas (Costa Pinto, Rafard, Serra, Gasa, Maracaí, Tarumã, Caarapó, Bonfim, Barra e Univalem) oito estão instaladas no estado de São Paulo (SP) e apenas uma se localiza no estado do Mato Grosso do Sul (MS).

A relação entre essas duas esferas supramencionadas, a COPLACANA e a empresa Raízen, é muito importante, tanto para o município onde ambas se encontram instaladas, como para o setor sucroenergético nacional, contudo, essa relação se encontra limitada ao fornecimento de matéria-prima (fornecedores = cooperados) à usina e ao Programa Cultivar, e se encontra vinculada por um agente em comum: os fornecedores. Há entre os fornecedores de cana-de-açúcar e a empresa Raízen um contrato de exclusividade de fornecimento de cana (chamado Consecana), em que o fornecedor deve, obrigatoriamente e apenas, fornecer matéria-prima à usina especificamente contratada, sendo essa exclusividade um dos pré-requisitos³² para que os produtores de cana-de-açúcar possam se filiar ao Programa Cultivar da Raízen.

O Programa Cultivar, teve início na safra de 2013/2014, com uma versão piloto formada por 150 fornecedores envolvidos. A versão piloto do programa consistia em assessorias técnicas (amostragem de solo; levantamento de pragas e sistematização de áreas) e aquisição de insumos, materiais e equipamentos em parceria com a Raízen. Destarte, como resultado desse primeiro ano tiveram a redução de custo, a possibilidade de acesso a linhas de créditos e o aumento de filiados em 2015, que passou de 150 para 286 filiados³³ em apenas dois anos do Programa. Com isso, a Raízen buscou firmar um convênio com o Itaú BBA, que contemplou um crédito de R\$ 150 milhões destinado a duas linhas de investimento do programa cultivar: i) uma voltada para investimentos de tratamentos culturais (financiamento de até R\$ 1,2 milhão para ser pago em 18 meses); ii) e outra direcionada para investimentos em plantio (financiamento de até R\$ 1 milhão, com pagamento em até 5 anos, com carência de 1 ano), isto é, R\$ 2,2 milhões por CPF ou CNPJ, com juros de 8,75% ao ano. Entretanto, no ano de 2018 a parceria com o Itaú BBA se encerra, dando lugar a uma nova parceria financeira com o Banco Santander.

Em 2015, a empresa Raízen, com o Programa Cultivar, inaugura uma sala direcionada exclusivamente ao atendimento a esse Programa, e que foi instalada na Usina

³² Só é possível a filiação no Programa Cultivar quem for fornecedor da Raízen.

³³ 74% desses filiados tem sua cana comprada pela companhia.

Costa Pinto em Piracicaba – SP. O objetivo principal da criação desse espaço é o atendimento aos produtores de cana e estreitamento do relacionamento entre programa, cooperativa, empresa e filiados. Além disso, o Programa Cultivar estruturou seus serviços e objetivos em 5 pilares:

- Contribuição de comprar: que consiste em uma ação em que a Raízen se disponibiliza a coletar os pedidos de compras de insumos, fertilizantes, defensivos e maquinários dos fornecedores, realizar a compra e repassar o valor aos mesmos. O intuito principal é a concretização de pedidos volumosos de mercadorias, aumentando o poder de barganha e diminuindo os custos de transação. Entretanto, não há a certeza de que o valor a ser pago será realmente mais barato, pois, esta forma de negociação limita as opções de cotação do produtor;
- Desenvolvimento de fornecedores: esse pilar do Programa Cultivar equivale a workshops, treinamentos e palestras³⁴ de pessoas qualificadas no setor que possam auxiliar e desenvolver o produtor e a sua produção de cana-de-açúcar;
- Reconhecimento de desempenho: esse item refere-se à premiação que o Programa realiza baseada na verificação das condições de qualidade da cana entregue pelo produtor, incentivando-o a buscar sempre uma melhor qualidade da produção da cultura canavieira;
- Linha de créditos: i) investimentos de tratos culturais e ii) investimentos em plantio (sendo aprimorado e ainda não disponível);
- Serviços: há à disposição dos fornecedores de cana-de-açúcar: engenheiros agrícolas, agrônomos, entre outros profissionais da área que possam ajudar no melhoramento da produção com técnicas e conhecimentos diversificados.

O objetivo principal desse programa é a melhora da qualidade e otimização da produção da cultura de cana-de-açúcar, compartilhamento de conhecimentos e a fidelização de fornecedores. A Raízen, localizada no município de Piracicaba, utiliza-se da Cooperativa dos Plantadores de cana-de-açúcar como amparo para esse Programa, pois muitas das vezes, há pedidos que são entregues diretamente na cooperativa, sendo que é desta organização que sai a maior porcentagem de seus fornecedores de matéria-prima. Além do mais, a *joint-venture* é integrante da cooperativa que oferece, a mesma,

³⁴ Aproximadamente foram 256 horas de desenvolvimento de fornecedores no primeiro ano, com temas relacionados a área agrícola, gestão empresarial e sustentabilidade.

benefícios e custos de produção menores, igualmente aos demais cooperados (pequenos e médios produtores). Assim, a companhia se mantém, de forma controlada, dentro da cooperativa e próxima a seus fornecedores – em outras palavras, a Raízen além de cooperada, é parceira da COPLACANA, utilizando-a como polo logístico de seu Programa.

4. Categorização dos produtores de cana-de-açúcar do município de Piracicaba – SP

4.1. Sob o viés da Raízen – Relações contratuais (CONSECANA)

O contrato de modelo CONSECANA foi criado em meio a uma conjuntura de necessidade do setor sucroenergético, isto é, quando o governo encerrou sua participação no setor (fim da intervenção federal³⁵), o mesmo encontrou-se desamparado, sem regulamentação e desprovido de capital, assim, o modelo contratual CONSECANA, apresentou-se como uma eficaz opção para regular as bases e parâmetro³⁶ das negociações entre a usina (Raízen) e o produtor (fornecedor), independente da modalidade de interesse de atuação do fornecedor; desta forma, toda e qualquer ação de fornecimentos de terras ou de matéria-prima, tem como princípio norteador o contrato CONSECANA, que apenas altera suas cláusulas para adequar-se a cada modalidade de relação de fornecimento. O principal objetivo da criação do CONSECANA sempre foi de cuidar do relacionamento da cadeia produtiva da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo. Toda negociação do CONSECANA leva em consideração peso e qualidade da cana (valor de ATR), sendo essa metodologia, um meio de estabelecer valor para uma *commodity*. Além disso, neste modelo contratual, há a inserção de todos os subprodutos da cana-de-açúcar, isto é, o valor de ATR representa toda a capacidade da cana em transformar-se de matéria prima a produto. Desta forma, a “adoção desse modelo diminui bastante os conflitos entre usinas e produtores rurais” (CONEJERO et al, 2008, p. 7).

³⁵ Que aconteceu em março de 1988 com o X Congresso Nacional do Cooperativismo, juntamente a Constituição Federal de 1988.

³⁶ “O Contrato CONSECANA-SP também estabelece parâmetros para a entrega da cana, fixando o momento da entrega, que deverá ser dentro do período de moagem, estabelecendo que o vendedor entregará a cana-de-açúcar na unidade industrial da compradora, assumindo as despesas referentes à entrega (corte, carregamento e transporte). Todas essas definições diminuem eventuais conflitos por estabelecerem como deverá ser feito o fornecimento. Essas definições acordadas *ex ante* diminuem a incerteza do processo e consequentemente diminuem os custos de transação”. (CONEJERO et al, 2008, p. 7).

Entretanto, o contrato CONSECANA, como tantos outros, revela falhas³⁷, que são supridas por outros mecanismos. No estudo de caso deste trabalho, a Raízen, com o intuito de sanar esse déficit do contrato³⁴ e objetivando que o fornecedor não ficasse no prejuízo, criou-se uma espécie de subsídio que compõem o preço da cana, mas que tem como foco fundamental dar suporte logístico, principalmente, para os fornecedores que percorrem longas distâncias para entrega da matéria-prima ou áreas restritas de infraestrutura logística. O intuito dessa ação, segundo o gerente de território de fornecedores da Raízen³⁸, é igualar o lucro dos fornecedores, independente da distância que percorra para a entrega de sua produção, pois, quanto mais distante, mais qualidade (ATR - Açúcar Total Recuperável³⁹) a cana perde no caminho percorrido. Isto posto, o sistema de relação Raízen e Fornecedor, consiste em somar ao contrato CONSECANA um subsídio importante para o fornecedor, assim, a usina fideliza o fornecedor com o contrato, e o subsídio, além de tornar o negócio com a usina viável, garante uma gama maior de fornecedores (matéria-prima) para as unidades Raízen, independente da distância.

É com base nesse contrato que a Raízen estabelece suas relações com os fornecedores no Estado de São Paulo, podendo ser caracterizados em três tipos de contratos:

QUADRO 4: TIPOLOGIA DOS FORNECEDORES RAÍZEN (BASEADO NO MODELO CONTRATUAL CONSECANA).

ÁREA DA USINA	ÁREA DO FORNECEDOR
<p style="text-align: center;"><u>Arrendamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoa jurídica; • Grupos (familiares ou empresariais); • Pagamento realizado de forma à vista (através do pagamento de boleto e débito diretamente em conta). 	<p style="text-align: center;"><u>Fornecedor</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoa jurídica; • Terra e produção própria; • Pagamento realizado através da nomeação da cana entregue; • Valor de ATR - referente a análise da cana entregue.
<p style="text-align: center;"><u>Parceiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoa física; • Proprietário da terra; • Qualificado como produtor rural; 	

³⁷ Como a diminuição no teor de sacarose dos fornecedores se encontram no limite de 30 km de distância da usina, ou seja, os mais longínquos, a discrepância entre os tipos de fornecedores, as diversas formas de pagamento, etc.

³⁸ Entrevista realizada na sede da Raízen, localizada Piracicaba, no dia 28 de junho de 2018.

³⁹ ATR – é o valor que representa a qualidade da cana e a sua capacidade em ser transformada em açúcar ou etanol.

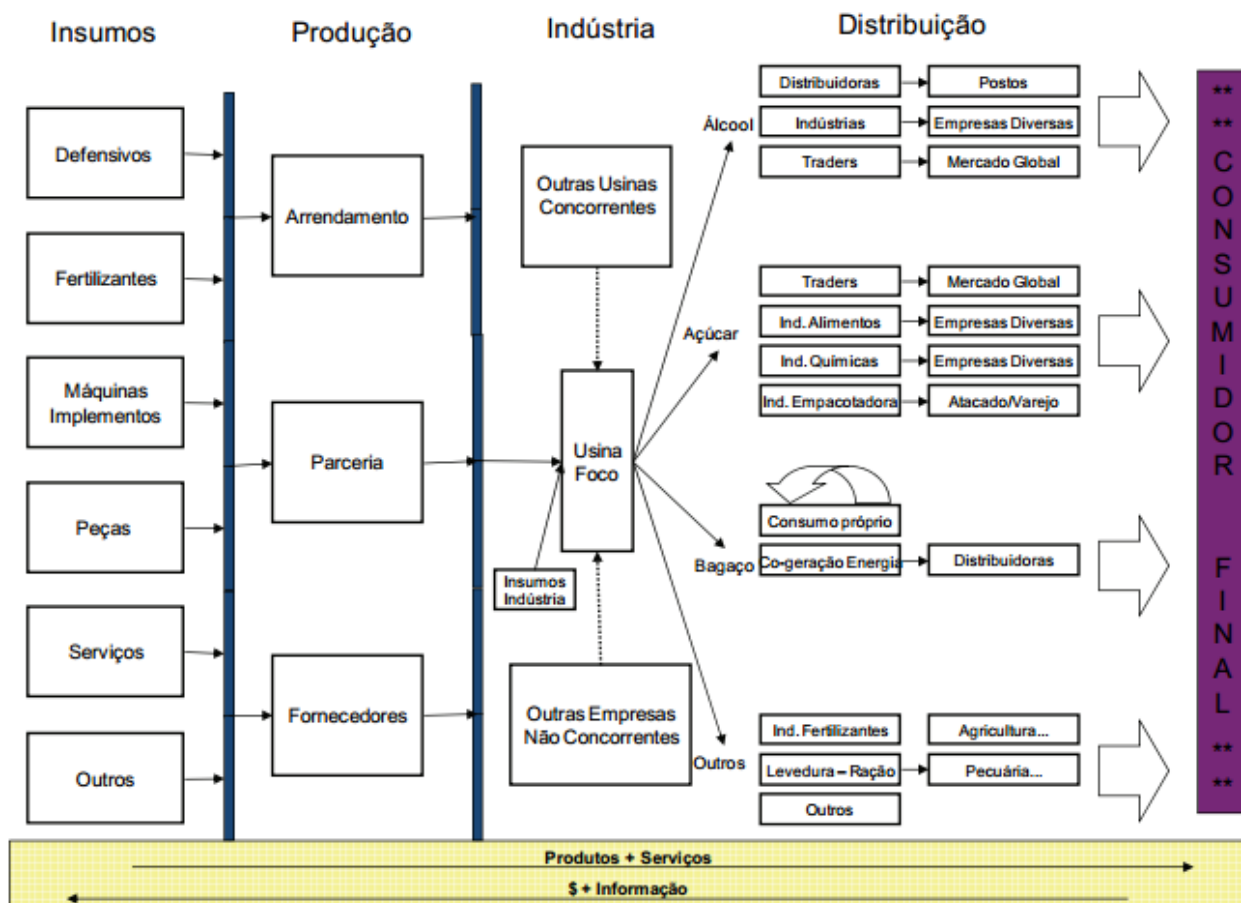
<ul style="list-style-type: none"> • Usina realiza toda parte produtiva, pré-negocia uma parte, coloca em seu nome e repassa o valor para o parceiro (nota fiscal e pagamento em nome do parceiro – representando um fornecedor). 	
<p style="text-align: center;"><u>Usina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoa jurídica; • Proprietária da terra e da lavoura; • Qualificada como produtora rural; • Realiza todo o processo de preparo da terra, plantio, colheita e entrega da cana. 	

Fonte: Entrevista realizada na sede da Raízen, localizada Piracicaba, no dia 28 de junho de 2018.

Autor: Amanda Gadotti

Segundo o gerente de território de fornecedores da Raízen, a composição das negociações Raízen e Fornecedor são baseadas em três aspectos: **PESO + PARÂMETRO DE QUALIDADE + COMERCIAL**, isto é, **toneladas/alqueire + quilo de ATR + CONSECANA**. Nos casos específicos da Raízen, os contratos de arrendamento e parcerias seguem um padrão de **40 toneladas/alqueire + quilo de ATR**, geralmente, **utiliza-se os valores 109,19 ou 118,5844 ou 121,19 de quilos de ATR**, que são valores regionais pré-tabelados + **os valores comerciais do CONSECANA**; a única diferenciação existente no caso dos fornecedores (terra e produção própria), é que o valor de ATR (da qualidade) vai variar, pois assim que a cana-de-açúcar desse fornecedor for entregue, a mesma, é submetida a uma análise criteriosa de qualidade que determina seu real nota de ATR (qualidade da cana), compondo, assim, o valor final a ser pago pela cana entregue.

FIGURA 1: REDE GENÉRICA DE UMA USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL.



Fonte: CONEJERO et al. (2008, p. 3).

A Figura 1 demonstra a rede de relações que uma usina tem para alcançar seu consumidor final, sendo as três únicas fontes de matéria-prima (parceria, fornecedores e arrendamento) responsáveis pela produção total da usina. As usinas não se interessam em prender seu capital em terras, preferem tê-lo livre para ser aplicado em outros investimentos e tecnologia (desenvolvimento da sede industrial). Por isso, preferem que terceiros cuidem da sua matéria-prima, mas não deixam de ter sua própria produção, pois assim, não ficam na dependência de seus fornecedores e garantem o mínimo de sustento para sua indústria de açúcar e etanol. Além disso, alguns tipos de contratos resultam em uma diminuição de encargos (taxas e impostos) para a usina, beneficiando-as mais uma vez com a terceirização da produção de matéria-prima, isto demonstra a importância e leve dependência que os fornecedores de cana-de-açúcar têm perante as atividades industriais produtivas da Raízen e das usinas em geral.

4.2. Sob o viés da COPLACANA

A organização da COPLACANA, que consiste em uma estrutura cooperativista, tem como pré-requisitos para seus futuros cooperados a necessidade de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mais uma Inscrição Estadual Rural, sendo que ambas são: i) atreladas à propriedade, tornando o principal vínculo do produtor com a terra/imóvel; ii) somente, geradas através da Declaração de Imposto Territorial Rural (ITR); e iii) caracterizam qualquer indivíduo que possua essas condições como produtor rural, porém, a cada cadastro haverá a demarcação de sua função social com a terra, isto é, seja o produtor arrendatário ou proprietário, todos são produtores rurais, mas devidamente cadastrados com sua relação com a terra. Segundo a assistente da COPLACANA⁴⁰, responsável pela adesão de novos produtores rurais à cooperativa, esses pré-requisitos eram para serem utilizados em todos os estados brasileiros, porém, hoje em dia, apenas se aplica ao estado de São Paulo. Além disso, o produtor rural não necessita ter sua produção exclusivamente dedicada à cana-de-açúcar, ou seja, não é necessário, para se cooperar a COPLACANA que o indivíduo seja um produtor de cana, e sim, um produtor rural.

Contudo, houve uma impossibilidade de realizar uma tipologia na COPLACANA, pois, segundo os princípios do cooperativismo, devidamente aplicados na cooperativa estudada, não há diferenciação entre os cooperados, os deveres e os direitos dos cooperados são iguais perante as ações da cooperativa. Cada cooperado se associa ao serviço que achar necessário e benéfico para sua produção; não há um cadastro unificado no Centro Canagro (COPLACANA, SICOOB COCRE, AFOCAPI e SINDIRPI), assim, o cooperado da COPLACANA, apenas poderá usufruir de seus serviços. Ainda segundo a entrevista realizada, únicas “diferenças” possíveis, com relação aos cooperados, seriam: i) a disponibilidade de crédito ou financiamento, que são análises inteiramente pessoais, e ii) o valor das cotas-partes, que são referentes a quantidade de vezes de utilização dos serviços da cooperativa; fora disso, não há nenhuma outra cabível, desta forma, um cooperado é igual a um voto, com direitos, deveres, benefícios e vantagens igualitárias.

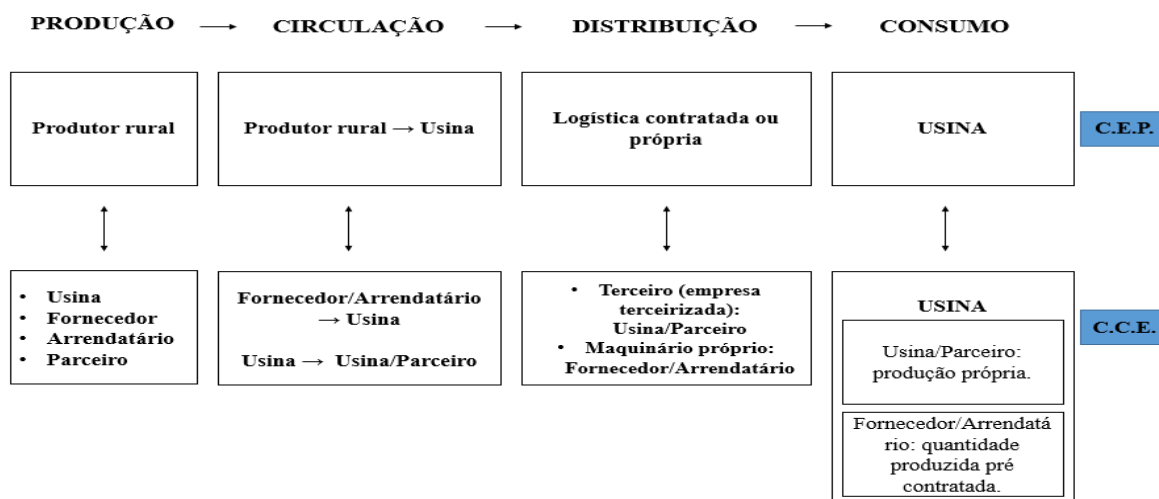
⁴⁰ Entrevista realizada na sede da COPLACANA, localizada em Piracicaba, no dia 26 de janeiro de 2018.

5. Implicações da relação COPLACANA e Raízen

Com o intuito de entendermos o principal objetivo desta dissertação, isto é, a relação entre a COPLACANA e a *joint-venture* Raízen, necessitamos fazer uma breve retomada teórica sobre o *círculo de cooperação no espaço* e o *circuito espacial produtivo*, direcionada as atividades que envolvem a produção e as ações da cana-de-açúcar.

A Raízen, é uma multinacional que tem a capacidade estrutural, financeira e de serviços de abranger todo o *circuito espacial produtivo* e todo o *círculo de cooperação no espaço*, tanto da cana-de-açúcar (matéria-prima), quanto da produção (etanol e açúcar), todavia, optamos por dar destaque às ações e produção voltadas à cana, pois, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre COPLACANA e Raízen, ou seja, ponderar os principais pontos da relação entre produtor de cana e usina. Para melhor exemplificar a capacidade de domínio da empresa Raízen sobre as atividades do setor sucroenergético no município de Piracicaba/SP, como em tantos outros, o Organograma 1, procura demonstrar todo o *circuito espacial produtivo* e todo o *círculo de cooperação no espaço* da cana-de-açúcar presente no município estudado.

ORGANOGRAMA 1: CÍRCULO DE COOPERAÇÃO E CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP.



Fonte: Entrevistas realizadas na sede da Raízen e da COPLACANA.⁴¹
 Autor: GADOTTI, A. 2019.

⁴¹ Entrevista realizada com o diretor da COPLACANA, localizada em Piracicaba, no dia 26 de janeiro de 2018 e entrevista realizada com o gerente de território na sede da empresa Raízen, localizada no município de Piracicaba/SP, no dia 28 de junho de 2018.

Levando em consideração de que o espaço geográfico é sinônimo de território usado, de que o mesmo é um híbrido de objetos e ações, e que para a concretização material dos processos produtivos é possível os entendermos a partir da constituição dos *círculos de cooperação do espaço* (as imaterialidades) e os *circuito espacial produtivo* (materialidade), podemos aqui analisar toda a trama da produção da cana-de-açúcar até seu consumo, e assim verificar a presença da usina em todas as etapas produtivas.

Assim, o *circuito espacial produtivo* da cana-de-açúcar presente no município de Piracicaba/SP inicia-se pela produção que é realizada pelo produtor rural e pela usina⁴², entretanto, a usina não tem interesse em prender seus investimentos na lavoura, sendo essa produção apenas para manter uma quantidade segura de matéria-prima para sua produção industrial, já o produtor rural, tem sua sobrevivência sobre essa produtividade. A circulação da cana apenas se dá com a usina, seja o produtor vendendo para a usina, ou a usina consumindo sua própria produção. A distribuição é realizada por dois agentes: o produtor de cana, que realiza todo o processo produtivo, até a entrega de sua produção, ou por terceiros, que são os responsáveis por toda produção da usina. O consumo, cabe apenas a um agente deste circuito produtivo: A USINA⁴³.

O *círculo de cooperação no espaço*, se torna mais complexo já que a produção é realizada por quatro tipologias de produtor rural⁴⁴. A saber, a usina: que faz todo o processo produtivo da cana-de-açúcar em terras próprias; o arrendatário: realiza todo o processo produtivo sobre as terras da usina, ficando responsável pela produção de cana e por pagar um valor acordado com a proprietária das terras; o parceiro: que arrenda suas terras a usina, ficando com uma parcela da cana produzida como pagamento pela arrendamento das terras; e o fornecedor de cana (FOCA): que é o dono das terras e o dono da produção. A circulação é dividida em duas categorias: o fornecedor de cana e o arrendatário que fazem, de forma autônoma, a entrega de sua produção, e a usina e o parceiro, onde é a usina que se responsabiliza pela entrega da produção. A distribuição segue a mesma lógica da circulação, porém a responsável pela entrega da produção da usina e do parceiro é realizada com por uma empresa terceirizada (sobre contrato), assim, não há a necessidade de aquisição de maquinários para realização de tal atividade. O consumo, mais uma vez, é realizado por apenas um agente: A USINA³⁹.

⁴² Terras próprias.

⁴³ Diante disso, vale ressaltar que quando mencionamos a presença da usina em ambos conceitos, estamos tratando da Raízen enquanto produtora de cana-de-açúcar (produtor rural), e não enquanto detentora de meios de produção (industrial) e produtora de etanol e açúcar.

⁴⁴ Todas acordadas contratualmente.

A produção de cana inicia-se na preocupação com a terra, pois é nela que tudo se planta e tudo se brota; desta forma, o primeiro cuidado de todo produtor rural é com a terra, seguidamente pelo plantio a ser realizado na mesma, ou seja, a lavoura é o segundo ponto a chamar a atenção de todo produtor, desde a muda a ser escolhida, que leva-se em consideração sua genética e seu rendimento, até sua colheita e lucratividade. Por isso, tanto Raízen, enquanto produtora de cana e agente industrial, quanto a COPLACANA, buscam interferir no custo com a lavoura, pois é esta a gênese de toda lucratividade do setor, isto é, quanto menor os gastos com o cultivo da cana-de-açúcar, mais garantia de matéria-prima e mais lucratividade para o fornecedor e para a usina haverá, pois, ambos sustentam a indústria canavieira.

Entretanto, as relações que são tecidas nesse meio, são absolutamente voltadas ao negócio e lucratividade, por isso, ambos agentes estudados acabam envolvendo-se nas negociações mercadológicas dos custos de produção da cana, sempre em benefício dos seus interesses e, é nessas negociações que se dá a relação COPLACANA e Raízen, tendo como principal agente o produtor rural, que é fornecedor e cooperado ao mesmo tempo, e como principal elemento de negociação a atividade produtiva da cana-de-açúcar.

Antes de explicar a relação de ambos os agentes, é necessário evidenciar que três pontos de vista foram coletados para a entendermos, isto é, foram realizados vários trabalhos de campo, com o intuito de se buscar entender os pontos de vista que tramam essa relação. Desta forma, sabendo que a Raízen, com o PROGRAMA CULTIVAR, oferece opções para a diminuição do custo de plantação e que, da mesma forma, a COPLACANA oferece as mesmas oportunidades, buscou-se saber i) o que realmente cada uma faz, ii) qual a relação que ambas têm entre si e iii) como o produtor rural, principal alvo, reage a cada uma dessas propostas apresentadas ao seu negócio. Com base nisso, revelaremos as informações coletadas em trabalhos de campos e, posteriormente, construiremos uma análise e entrelaçamento dessas informações, a fim de encontrar um contexto central em que a relação COPLACANA e Raízen se evidencie.

COPLACANA: do custo total gerado para produção de cana-de-açúcar, aproximadamente, 15% são destinados a compra de insumos e os 85% restantes ficam por conta de gastos com mão-de-obra, mecanização, custo da terra, arredamento, transporte, entre outras despesas. Segundo o diretor administrativo da COPLACANA⁴⁵,

⁴⁵ Entrevista realizada na sede da COPLACANA, localizada no município de Piracicaba/SP, no dia 23 de fevereiro de 2019.

a principal função da cooperativa é baratear os custos de produção do cooperado, negociando com os *players* do mercado⁴⁶ e repassando os valores negociados ao seus, pois, o fornecedor de cana (FOCA) é parte importante e essencial na produção de etanol e açúcar, ou seja, é este que sustenta a indústria canavieira, pois é dele que provém a maior parte da matéria-prima para as atividades industriais. A relação entre cooperativa e cooperado é o foco da ação cooperativista, isto é, o pensamento no conjunto de cooperados. A cooperativa, além de uma empresa, é uma organização política e econômica dos trabalhadores, e como toda organização empresarial, sua principal relação com outra empresa, neste caso a Raízen (e segundo o diretor) é uma relação de negócios, em que a cooperativa tem menos interferência, em vista de recomendações, acompanhamento de lavouras e entre outros elementos, pois a mesma, ao se estruturar no território piracicabano, já trouxe consigo sua própria e específica estrutura técnica (quantidade de produto, utilização na lavoura e assistência). Assim, a relação que a cooperativa tem com o Raízen é uma relação independente, que visa apenas as benfeitorias empresariais. Já a relação entre o cooperado e cooperativa é de interdependência, pois o aumento do poder de barganha e a lucratividade da cooperativa está inteiramente ligada a demanda que advém das lavouras dos cooperados e do baixo custo de produção que as negociações da cooperativa acarretam ao produtor cooperado.

Contudo, um dos impactos causado pela chegada da *joint-venture* foi a diminuição da proximidade das relações humanas que se tinha anteriormente com a empresa Cosan⁴⁷, uma empresa familiar, como a cooperativa, que destinava parte de sua demanda de insumos e maquinários e suas necessidades de serviços à Cooperativa dos Plantadores de Cana, pois a Cosan não apresentava esse tipo de infraestrutura. Mas, esse não foi o único impacto; comercialmente falando, a Raízen impacta, dependendo de suas ações, positivamente ou negativamente na cooperativa, pois o principal objetivo da COPLACANA é fazer uma união de forças, entender e conhecer o mercado e barganhar os preços em benefício dos custos de produção de seus cooperados. Desta forma, quanto maior sua demanda (cooperado), maior seu poder de barganha (proporcionalidade), sendo a Raízen uma grande empresa e sendo sua demanda muito maior do que a dos cooperados (mais maquinários, mais insumos, mais implementos, mais peças). Pode-se dizer que a

⁴⁶ Player do mercado: são os grandes investidores que tem a capacidade de modificar a perspectiva da região e que atuam/investem uma quantidade significativa de capital.

⁴⁷ Criada em 1936 pela família Ometto (fundadora do grupo), a empresa Cosan, estabeleceu sua primeira usina (unidade agroindustrial) no município de Piracicaba/SP, denominada Usina Costa Pinto, que ainda se encontra instalada no mesmo, sendo a mesma sede da administrativa da corporação Raízen.

junção desta demanda em poderio da cooperativa, a deixa em vantagem frente ao mercado e negociações, entretanto, se tal demanda não for incorporada nas negociações, a COPLACANA, perde uma boa parcela de lucro e de poder.

Desta forma, a Raízen, para a COPLACANA, também é um player do mercado e sua maior relação com a cooperativa é de negociações, pois se COPLACANA demonstrar ofertas benéficas à sua demanda, ela será incorporada nas negociações finais. Porém, a cooperativa, na maior parte de suas atividades consegue apenas suprir a demanda do pequeno, médio e grande agricultor, fazendo com que essa demanda do grande produtor reflita na demanda/custo do pequeno, isso sem a interferência da demanda da Raízen. Além disso, a cooperativa busca formas de financiamento e pagamentos acessíveis à conjuntura de seus cooperados (médios e longo prazos), o que se torna um atrativo para o pequeno e médio produtor. A cooperativa, além de barganhar, necessita se estabelecer no mercado, isto é, ganhar confiança dos fornecedores de insumos, maquinários entre outros, para conseguir fazer negócio. No entanto, segundo o diretor, isto não é fácil, “pois é necessário colocar nas mercadorias um preço lógico e justo, valorizar a cooperativa, aumentar e diversificar seus produtos e procurar negócios que lastrem a cooperativa. Contudo, ela precisa de uma margem de lucro, pois é uma empresa e não recebe dinheiro de ninguém para se manter.”

A Raízen, com o Programa Cultivar, criou uma frente de serviços e negociações muito semelhante as atividades realizadas pela cooperativa, o que obrigou a COPLACANA a se unir de uma forma diferente a essa grande agroindústria. Desse modo, a COPLACANA se tornou a “melhor parceira” do Programa Cultivar, segundo o diretor, quando se trata de distribuição de mercadorias. O Programa Cultivar também realiza negociações de sua própria demanda, oferecendo aos seus integrantes (fornecedores externos) a possibilidades de compra de mercadorias (insumos, maquinários, instrumentos, EPIs, entre outros) somadas a essa demanda. Com o este programa, a *joint-venture* realiza negociações diretas com o mercado de insumos, maquinário, entre outros instrumentos necessários para o cultivo, permitindo que ela lance sua demanda e verifique qual melhor opção de negociação com o mercado: se seriam as negociações próprias (parceira da COPLACANA) ou as negociações da COPLACANA (cooperada da COPLACANA). Desta forma, a Raízen abre frente para que seus fornecedores possam usufruir da sua alta quantidade de demanda, resultando na necessidade de formar uma parceria com a cooperativa, utilizando-a como centro de distribuição logístico para as suas mercadorias e de seus fornecedores. Isso a isenta da necessidade de criação de polo

logístico para entrega da própria demanda, e principalmente, da demanda dos demais (fornecedores), pois a cooperativa é um centro de encontro dos fornecedores.

O intuito dessa ação é o fortalecimento dos produtores da usina, permitindo que esses fornecedores não desistam da lavoura e não repassem essa quantidade de matéria-prima para que a usina produza. Essas negociações apenas visam favorecer a Raízen e livrá-la da obrigação de plantar 100% de sua demanda de cana-de-açúcar, o que acarretaria um enorme custo e despesa. Este modo de agir é uma estratégia em que a usina, indiretamente, traz benefícios ao produtor ligado a ela e, a COPLACANA, para sobreviver, buscou mecanismo de ser inserida nessa estratégia, por tanto, é para sua própria sobrevivência, que a Cooperativa dos Plantadores de Cana firmou uma parceria logística com o Programa Cultivar, pois assim, recebem de outra forma a parcela de lucro que perderam quando a demanda da Raízen passou a ser negociada por ela mesma e conseguem incorporar à negociação da grande agroindústria a demanda de seus cooperados. Desta forma, a *joint-venture* ajuda na diminuição dos custos de produção, até mesmo, daqueles que não são *cultivares*⁴⁸.

RAÍZEN/PROGRAMA CULTIVAR: segundo o gerente de território de fornecedores⁴⁹, o Programa Cultivar é uma plataforma de relacionamento com seus fornecedores, com a finalidade de melhorar o relacionamento usina – fornecedor e compartilhar a expertise da Raízen e, é desta maneira que a empresa trabalha para o fornecedor. Segundo o gerente entrevistado, essa forma de relação colabora com a produção de cana-de-açúcar do produtor rural externo (todos os tipos de agricultores) e não incorpora à suas responsabilidades os encargos trabalhistas, minimiza e não se responsabiliza por esses custos de produção, aproximando-se dos fornecedores com uma melhor gestão, profissionalizando-os.

Essa plataforma de relacionamento direciona-se a beneficiar tanto fornecedor quanto usina. Para a usina os benefícios são uma melhor qualidade de cana e menor chances de ocorrências de riscos (produtivos e trabalhistas), já para o fornecedor o fato de ter uma plataforma online que contém informações disponíveis a todo momento, mais a ajuda na redução dos custos de produção e as Geotecnologias disponíveis, são fatores que mudam a sua estrutura organizacional. Entretanto, uma das maiores interventoras

⁴⁸ Denominação adotada pela Raízen aos membros do Programa Cultivar.

⁴⁹ Entrevista realizada na sede da empresa Raízen, localizada no município de Piracicaba/SP, no dia 28 de junho de 2018.

dessa relação é a AFOCAPI (Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba), é esta associação que tem o papel de intervir e discutir quando as condições de compra e venda, entre outras situações, são inconvenientes – principalmente para o produtor de cana-de-açúcar e associado. Contudo, quando questionado sobre a relação COPLACANA e Raízen, duas categorias surgiram: a Raízen enquanto cooperada e a Raízen enquanto parceira.

A Raízen é cooperada à COPLACANA e apenas a utiliza como possibilidade de negócios, isto é, o Programa Cultiva tem como finalidade ajudar a reduzir os custos dos fornecedores unindo a demanda dos mesmos à sua própria demanda de produção, sendo que, esse ato de negociar por conta própria sua demanda e a dos demais produtores rurais associados ao programa, interfere na lucratividade da cooperativa – isto porque, sua sobrevivência depende de uma grande quantidade de demanda para barganhar no mercado. Assim, enquanto cooperada e uma grande agroindústria, a Raízen, busca saber, junto à demanda da COPLACANA, qual é a melhor situação de negócio possível, desta forma, a *joint-venture* só direciona suas compras à cooperativa se a negociação for vantajosa (preço baixo) à sua produção, servindo-se da mesma apenas quando necessário e benéfico, mas não deixa de utilizá-la, pois, o intuito não é a extinção da COPLACANA.

Já a Raízen, enquanto Programa Cultivar e parceira, oferece serviços muito parecidos aos da cooperativa, sendo que diante desta verdade, o Programa Cultivar utiliza-se desta cooperativa como um centro de distribuição logístico e de estocagem, por não ter interesse na criação de um polo que suprisse a necessidade da entrega das compras do programa aos fornecedores. O Programa Cultivar faz o intermédio das negociações (diretamente com as fábricas) dos insumos, maquinários, entre outros elementos da produção (sua e dos seus fornecedores cadastrados no programa) e consegue segurar os preços negociados nas oscilações do mercado, isto porque a Raízen tem poderio suficiente para disponibilizar uma equipe técnica responsável por esse afazer. Desta forma, para entrega desses produtos, e com a finalidade da não aniquilamento da COPLACANA, o programa utiliza-se da cooperativa como centro logístico pagando uma taxa de 5 a 7% do valor comprado, para entrega e/ou estocagem.

Essa ação da Raízen em comprar baseada nas negociações realizadas por ela, não é uma ação fixa; a empresa também encontra vantagem nas negociações da cooperativa e utiliza-se da mesma enquanto cooperada. Entretanto, o programa não se responsabiliza, nem oferece opções de pagamentos, a compra é realizada diretamente com o fornecedor de insumos, entre outros produtos, e o pagamento deve ser feita à vista. É nesta estrutura

que o Programa Cultivar foi criado para servir o fornecedor de cana da Raízen e visa fortalecer sua relação cooperado e usina.

Produtor Rural (cooperado/cultivar): para o produtor rural, cada uma das organizações empresariais estudadas influencia a produção de forma diferente, isto porque, as relações acabam não se limitando à compra e venda de produtos destinados à produção de cana, mas também, existem relações de dependência e de negociações que são essenciais para o produtor. Entretanto, em entrevistas com produtores de cana-de-açúcar, que são filiados ao Programa Cultivar e cooperados da COPLACANA⁵⁰, quando perguntados sobre sua relação com as demais organizações, a resposta se igualava no sentido de que com a cooperativa a relação “é mais pessoal” e com a Raízen é uma relação “mais de negócios”.

Para os cooperados, a cooperativa é um local de apoio, onde não buscam somente produtos com baixos custos, mas procuram ajuda e compreensão quando seus empreendimentos se encontram em situações de precariedade. Pode-se dizer que a cooperativa se torna um ponto de salvação para os cooperados. Desta forma, a visão do cooperado sobre a cooperativa não é de uma negociadora, mas sim de uma parceira, que intervém assim que a situação de sobrevivência do produtor se encontra ameaçada. Contudo, segundo os cooperados, essa relação mudou muito com o passar dos anos, hoje em dia, a cooperativa se tornou mais uma empresa baseada em negócios e lucratividade, do que uma organização que busca suprir as necessidades do conjunto de cooperados, isso porque, antigamente, em qualquer ocasião de necessidade, a relação interpessoal das cooperativas, “ajeitava” e provia o bem ou capital necessário. Atualmente a cooperativa baliza-se a negociar a demanda e a cultivar sua produção, a fim de mantê-la em pé, forçando o cooperado a procurar outras formas de sustentar sua produção e família. Além disso, nem sempre os cooperados encontram baixos preços na cooperativa, limitando sua escolha pela cooperativa mais por outros elementos, tais como as formas de pagamento, financiamentos, entre outros.

Os produtores que são cooperados e *cultivares* podem visualizar a diferença das negociações realizadas pela COPLACANA e pelo Programa Cultivar, segundo esses produtores, em sua maioria as negociações por melhores preços, quase sempre, advém do programa, tornando muito difícil para a cooperativa alcançar tais valores. Desta forma, os produtores optam por comprar com o Programa Cultivar e utilizar a cooperativa como

⁵⁰ Entrevista realizada em trabalho de campo, no município de Piracicaba, no dia 18 de abril de 2019.

centro logístico. Isso resulta em dois pontos importante na relação Raízen – COPLACANA: i) a perda de lucratividade, por parte da cooperativa, que não somente deixa de negociar para a Raízen, mas também para uma parcela significativa de produtores cooperados e ii) demonstra a importância da parceria entre Raízen e COPLACANA, para a cooperativa, pois, enquanto a mesma perde lucratividade, amplia a atuação do seu centro logístico em vista de uma parcela (taxa/porcentagem) da negociação (compra realizada).

Contudo, é relevante mencionar que por muitas vezes o cooperado não mensura a importância de sua demanda nas mãos da cooperativa, isto é, essa demanda colabora, e muito, para a manutenção e sustento da COPLACANA. Isso porque ele faz parte da estrutura organizacional e financeira da mesma, porém, o maior foco do produtor é baixar seus custos de produção e garantir uma renda maior e sua sobrevivência, deixando de lado esse fator tão importante, pois a Raízen consegue negociar baixos preços, com ou sem a demanda do produtor; já a cooperativa, perde poder de barganha e uma grande porcentagem de lucro que são essenciais para se manter organizada. Assim, o produtor, cooperado e *cultivar* torna-se centro da relação entre COPLACANA e Raízen, pois é esse produtor e sua demanda que direcionam as negociações entre os agentes do setor sucroenergético do município de Piracicaba estudados neste trabalho.

Por fim, pode-se dizer que a relação entre COPLACANA e Raízen não se limita a uma relação de negócios, mas se amplia em uma relação de cooperação sobre o tripé de agentes que a compõem, isto é, produtor rural, agroindústria e cooperativa são interdependentes, encontram o suprimento de suas necessidades na ação do outro e se tornam peças essenciais nesse jogo de interesses. Assim, COPLACANA depende da demanda dos produtores e da usina, a Raízen (usina) depende da produção dos produtores externos⁵¹ e da sua própria produção e produtor rural (fornecedor, arrendatário, parceiros e cooperado) depende das negociações para baixar os custos de produção, que somente a cooperativa e/ou a usina podem lhe oferecer com poder de barganha de sua demanda. Cada decisão tomada interfere na produção, circulação, distribuição e consumo da cana-de-açúcar e na organização do território, levando a um rearranjo das materialidades (matéria-prima) e as imaterialidades (ações) que compõem essa relação. Os *círculos de cooperação no espaço*, ficam à mercê de contratos e negociações que fundamentarão e

⁵¹ Levando-se em consideração que o principal objetivo do Programa Cultivar, criado pela Raízen, é o fortalecimento de seus filiados para se os mesmos não abandonem suas lavouras e não repassem a responsabilidade dessa quantidade de matéria prima para a usina.

darão seguimento aos *circuitos espaciais produtivos*, que por sua vez são resultados das transações entre os agentes do setor sucroenergético estudado.

6. Considerações finais

O território usado (SANTOS, 2000) para a produção de cana-de-açúcar no município de Piracicaba é marcado por relações imateriais e materiais essenciais e especializadas no setor, tendo como principais agentes da produção de cana os produtores rurais e a usina que dominam o *círculo de cooperação no espaço* e o *circuito espacial produtivo* desta *commodity* (cana-de-açúcar). Contudo, tais agentes estão presentes em ambos os conceitos de modo interdependentes e atuantes, isto é, tanto a COPLACANA quanto a Raízen são os principais responsáveis pela atuação do produtor rural na plantação da cana-de-açúcar no município, seja ele cooperado ou *cultivar*.

A COPLACANA enquanto uma organização empresarial cooperativista, que tem sua gestão montada sobre os princípios, virtudes, objetivos e valores cooperativista e que deve manter sua preocupação com o coletivo de produtores (conjunto de cooperados), mostra seu principal papel de apoio a aquele que mais necessita no meio competitivo da produção, isto é, o pequeno e médio produtor, que em sua maioria, não tem poder de barganha e nem de diminuir seus gastos da produção com a pequena quantidade de demanda que pode oferecer. Contudo, essa pequena demanda, somada a do grande produtor, que também se encontra cooperado à COPLACANA, proporciona ao pequeno e médio produtor melhores condições para permanecer na lavoura e garantir sua sobrevivência. Entretanto, a cooperativa necessita de margem de lucro para se manter, o que pode ocasionar certo encarecimento nos preços destinados aos cooperados; mas a mesma não deixa de ser uma grande e importante ponto de apoio a seus cooperados, que mesmo com essa proporcionalidade de preços, encontram outras oportunidades (financiamento, formas de pagamento e bons produtos) para manter sua produção.

Já a Raízen enquanto detentora dos meios de produção (usina) e produtora de cana-de-açúcar, criou um programa (Programa Cultivar) que fortalece seus fornecedores externos e os fideliza a uma unidade agroindustrial, diminui não somente o seu custo de produção, mas também o do fornecedor unindo as demandas. O Programa Cultivar, que representa a relação fornecedor e usina, baseia-se em uma relação contratual (imaterial) e de fornecimentos de produtos (material) que se assemelha às ações da cooperativa, mas que tem um potencial muito maior em beneficiar seus filiados; primeiro pela grande

demanda da produção da Raízen, segundo pelos baixos preços de produtos e terceiro pela necessidade e fidelidade, dos fornecedores da região, em entregar nesta usina.

Contudo, a relação direta entre COPLACANA e Raízen limita-se no fator da Raízen ser cooperada a esta cooperativa, pois, as demais formas de relação em que ambos agentes se encontram entrelaçados, têm como mediadores os produtores de cana-de-açúcar do município e região de Piracicaba. Isto é, a Raízen só se tornou parceira da COPLACANA visando que Programa Cultivar pudesse usufruir do centro logístico da cooperativa como ponto de entrega da compra de seus filiados e propendendo que tanto a cooperativa, quanto os cooperados (fornecedores externos) não se extingam, pois a ela sabe da importância e da necessidade que muitos produtores encontram nas ações cooperativistas desta empresa.

Além disso, a Raízen, enquanto nova organização empresarial, se estruturou no território piracicabano com grande potencial técnico e informativo, colocando de lado, muitos dos afazeres em que a COPLACANA era responsável, quando ainda era apenas COSAN, tendo que realocar essas não mais necessárias funções para outros pontos de apoio. Outro ponto muito importante no qual o produtor de cana-de-açúcar se encontra como ponto central entre a relação COPLACANA e Raízen é no destino dado às suas demandas de produção, pois, é dessa demanda que a cooperativa se mantém. É dessa demanda que a cooperativa depende e é essa demanda que a cooperativa almeja, porque a Raízen, apenas com a sua demanda consegue diminuir seus preços e se manter na lucratividade, já a cooperativa não, ela necessita que pelos menos seus cooperados mantenham em dia o uso e funcionamento da cooperativa, oferecendo suas necessidades de produtos ao seu poder de barganha e a sua lucratividade, até porque, esses cooperados não são agentes externos da cooperativa, mas sim, “partes” dessa empresa. É deste fator, somado à competitividade, que a cooperativa abre seu negócio a qualquer produtor rural, independentemente do tipo de manejo, e abre sua atuação para a uma produção própria de grãos e ração.

Essas ações interferem e muito na organização do território, pois Piracicaba tem como peculiaridade uma grande área destinada à produção de cana-de-açúcar, em que os proprietários e produtores ainda são os pequenos, médios e grandes produtores rurais; isto é, o pequeno e médio produtor não foram extintos, a necessidade de unir forças desses produtores ainda se faz presente, mostrando a importância e força que as ações, tanto da cooperativa quanto da Raízen (Programa Cultivar), desempenham para os produtores e para se manter essa organização territorial, pois se a Raízen não quer tomar para si a

responsabilidade de cultivar as áreas e produzir a oferta que esses produtores lhe oferecem, e se a COPLACANA não quer deixar de lado a sua organização cooperativista, o pequeno e médio produtor devem se manter ativos no uso do território, no *círculo de cooperação no espaço* e no *circuito espacial produtivo*, para que assim, esta organização do território se mantenha. Desta forma, o foco central das relações entre cooperativa e usina, são os produtores rurais, seja ele pequeno, médio ou grande, pois são eles que compõem e mantêm o setor sucroenergético no território piracicabano.

7. Referências bibliográficas

ANTAS JR, R. M. O complexo industrial da saúde no Brasil: uma abordagem a partir dos conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço. **GEOgraphia (UFF)**, v. 16, p. 38-67, 2014. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/580/482>. Acesso em: 18 jul. 2018.

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P.; CARIO, S. A. F. Estruturas de governança e recursos estratégicos em destilarias do estado do Paraná: uma análise a partir da complementaridade da ECT e da VBR. **Revista de Administração (FEA-USP)**, v. 48, p. 179-195, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n1/13.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

AVELHAN, B. L.; SOUZA, J. P. A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO: uma avaliação do fornecimento de matéria-prima da região de Araçatuba, estado de São Paulo. **INFORMAÇÕES ECONÔMICAS (ONLINE)**. v. 4, p. 13-25, 2011. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2011/tec2-0811.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

_____. Estruturas de governança no sistema agroindustrial da região de Araçatuba- SP. **Anais: 48º Congresso SOBER (Sociedade brasileira de economia administração e sociologia rural)**. Campo Grande. 2010. p. 13-25.

BARRETO, R. ; PAES DE PAULA, A. P. . **Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista**. CADERNOS EBAPE.BR (FGV), v. 7, p. 199-213, 2009.

BOTELHO, R. E. P. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico-informacional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 15 abril de 2018.

CASTILLO, R. A. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: Júlia Adão Bernardes; Catia Antonia da Silva; Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina. 1 ed. 2013.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & natureza (UFU. Online)**, v. 22, p. 461-474, 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336/pdf_10. Acesso em: 02 jun. 2018.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xequê. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 1, p. 63-72, 2014.

CONEJERO, M. A.; SIA, Eduardo José ; PINTO, M. J. A. ; IGUCHI, Ricardo Kouiti Santos ; AMARAL, Rafael Oliveira . Arranjos contratuais complexos na transação de cana à usina de açúcar e álcool: um estudo de caso no centro-sul do Brasil. In: XXXII Enanpad - Encontro da Anpad, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXII EnAnpad. Rio de Janeiro: Anpad, 2008. v. 32.

DE OLIVEIRA, E. D. **Cooperativismo e Responsabilidade Social como Estratégia de Crescimento Local**. PRODUÇÃO ACADÊMICA, v. 3, p. 78-91, 2017.

FARIAS, C. M. G; GIL, M. F. Cooperativismo. 1. ed. Santa Maria - RS: **Fundação Biblioteca Nacional**, 2013. v. 1. 92p. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifsul/tecnico_biocombustivel/cooperativismo.pdf . Acesso em: 16 fev. 2018.

GADOTTI, A.; GALLO, F. Cogeração de energia elétrica no estado de São Paulo: uma proposta de estudo da atuação da empresa “Raízen energia”. **Estudos Geográficos (UNESP)**, v. 14, p. 5-28, 2016.

HENRIQUES, Z. S. et al. Estratégias de inovação das empresas metalúrgicas no setor sucroalcooleiro de Piracicaba. RAI (USP). **Revista de Administração e Inovação (Online)**, v. 5, p. 292, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79112>. Acesso em: 02 maio 2018.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **O comportamento sócio trabalhista da Raízen na colheita da cana-de-açúcar nas Fazendas: Da Serra Unidade Ibaté/SP, Usina da Serra e Santa Rosa, Unidade Ipaussu/SP, Usina Ipaussu**. São Paulo. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cartas e Mapas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 04 de maio de 2018

MARRA, A. V. **Associativismo e cooperativismo**. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

MATOS, V. A. MELO, P. C. L. de, MATOS, P. J. A Teoria dos Custos de Transação e a Coordenação no Sistema Canavieiro. **Anais: ENEGEP 99, 1999**, Rio de Janeiro. Enegep 99 - Horizontes da Engenharia da Produção. Rio de Janeiro: RJ, 1999. v. 01. p. 73-93.

MONTEIRO, T. V. A. **Contributo para a reabilitação sócio territorial de favelas.** Universidade de Aveiro. Dissertação (Mestrado em Planeamento Territorial e Ordenamento de Cidade). Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro. Portugal. 2009.

OCB. Agenda Institucional do Cooperativismo. Brasília: OCB, 2018.

PINHO, D. B. **Cooperativismo: fundamentos e teóricos.** São Paulo: ICA, 2001.

QUEIROZ, A. M.; CARVALHO, C. R.; OLIVEIRA, L. F.; QUEIROZ, S. F. Análise da economia dos custos de transação (ECT) na agroindústria canavieira em goiás: a relação das usinas com os fornecedores de cana e com os arrendatários de terra. **Anais: 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2014, Goiânia-GO. Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro. Brasília - DF: SOBER, 2014.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao Cooperativismo.** 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – Material Didático).

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. Circuito espacial da produção: um comentário. In. SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel. 1986. P. 121-134.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto **Anais: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 12. 2000. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI.** 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, N. M.; FERRAZ, I. N.; FALQUETO, J. M. Z.; VERGA, E. A Teoria dos Custos de Transação nas Pesquisas de Estratégia no Brasil. **REVISTA IBEROAMERICANA DE ESTRATÉGIA**, v. 16, p. 4-18, 2017.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Campo - Território**, v. 08, p. 06-37, 2013.

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos-UNIRCOOP**, 2003.

SOUZA, A. M. et al. A evolução histórica do cooperativismo. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais. Maringá.** v. 4, n. 1, p. 35-42. 2007.

XAVIER, C. V; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. **"Monopólio na produção de etanol no Brasil: A fusão Cosan-Shell."** Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 2011. Disponível em: <https://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

THIELMANN, R. A teoria dos custos de transação e as estruturas de governança: uma análise do caso do setor de suinocultura no Vale do Rio Piranga - MG. **Anais: X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2013, Resende – RJ. Gestão e Tecnologia para a Competitividade. Resende – SP, 2013. p. 1- 16.

XAVIER, et al. **Monopólio da produção de Etanol no Brasil: A Fusão Cosan-Shell**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011

ZULIAN, A.; DORR, A. C.; ALMEIDA, S. C. Citricultura e agronegócio cooperativo no Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 11, p. 2291-2306, 2013.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Teoria e Prática da Administração**. 01ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2005, v. 01, p. 23-42.